

Edital FNMA nº 2/2003

CONSTRUÇÃO DE AGENDAS 21 LOCAIS



Brasília, julho de 2003

República Federativa do Brasil

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José Alencar Gomes da Silva

Ministério do Meio Ambiente

Ministra: MARINA SILVA

Secretário Executivo: CLAUDIO LANGONE



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Edital FNMA nº 2/2003

CONSTRUÇÃO DE AGENDAS 21 LOCAIS

Brasília, julho de 2003

Fundo Nacional do Meio Ambiente

Diretora

Raimunda N. Monteiro

Parceiros

- + Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável - SDS/ Coordenação da Agenda 21
- + Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA/ Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho
- + Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA/ Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN/ Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7
- + Ministério da Cultura/ Programa Monumenta
- + Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome/ Programa Fome Zero
- + Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde/ Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde
- + Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Programas Urbanos

Edital FNMA nº 2/2003 - Construção de Agendas 21 locais

Fundo Nacional do Meio Ambiente

Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 7º andar

Tel: (61) 317-1203

Fax: (61) 317-1377

fnma@mma.gov.br

www.mma.gov.br/fnma

SUMÁRIO

1. O FNMA	6
2. HISTÓRICO	6
3. PARCEIROS	7
4. OBJETO DO EDITAL	8
5. JUSTIFICATIVAS	9
6. PRAZOS E VALORES	10
7. ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS	10
8. DESPESAS FINANCIÁVEIS	14
9. DESPESAS NÃO FINANCIÁVEIS	14
10. ELEGIBILIDADE E HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PROPONENTES	15
11. DOCUMENTAÇÃO DAS PROPONENTES	16
12. CONTRAPARTIDA	16
13. ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS	17
14. ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROJETOS	17
15. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	19
16. DOS RECURSOS	19
17. CONVÊNIO OU INSTRUMENTO DE REPASSE DE RECURSOS	19
18. DISPOSIÇÕES GERAIS	20
ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS	22
1. FOLHA DE ROSTO	22
2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE E DAS PARCEIRAS	22
3. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO	23
4. PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA	25
5. ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	26
6. EQUIPE TÉCNICA	29
ANEXOS	41
ANEXO 1 – Roteiro para elaboração do Diagnóstico	41
ANEXO 2 – Roteiro para elaboração da Agenda 21 Local	41
ANEXO 3 – Listas dos municípios prioritários	41
ANEXO 4 – Roteiro para elaboração do Plano Municipal de Intervenção em Áreas Alteradas	54
ANEXO 5 – Roteiro para elaboração do Plano de Intervenção na Orla Marítima	55
ANEXO 6 – Ficha de Adesão ao Projeto Orla	57
ANEXO 7 – Roteiro para elaboração do Plano de Ações para uma Política de Segurança Alimentar	59

O Fundo Nacional do Meio Ambiente, denominado FNMA, torna público que estará realizando seleção de projetos direcionadas à Construção de Agendas 21 locais.

1. O FNMA

Órgão do Ministério do Meio Ambiente - MMA, o FNMA tem por missão contribuir como agente financiador e por meio da participação social, para implementação da Política Nacional do Meio Ambiente.

A instância de decisão do FNMA é o Conselho Deliberativo, que tem por competência, julgar as solicitações de apoio a projetos. Este Conselho é composto por representantes do governo e das organizações não governamentais - ONGs, que atuam na área do meio ambiente.

A administração do FNMA, representada por sua diretoria, é composta por um corpo técnico que possui, entre outras atribuições, a análise de projetos, seu acompanhamento e avaliação final. A diretoria está vinculada à Secretaria Executiva - SECEX do MMA.

Atualmente, os recursos disponibilizados pelo FNMA provêm do Tesouro Nacional, de contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, de Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Holanda, da cota-parte do petróleo e de recursos auferidos pela Lei de Crimes Ambientais, bem como de outras agências de financiamento interessadas na implementação da Política Nacional do Meio Ambiente. No caso específico deste edital, a Chamada I conta com recursos de doação do Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW, no âmbito do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais - PPG7.

2. HISTÓRICO

No ano de 2001 foi lançado o Edital FNMA nº 13/2001 – *Construção de Agendas 21 Locais* que recebeu 72 projetos, dos quais nove foram apoiados e estão atualmente em execução. Além destes, mais 13 projetos de elaboração de Agenda 21 foram apoiados pelo FNMA, distribuídos pelas cinco regiões brasileiras.

Tendo como base essa experiência, o FNMA resolveu lançar um novo edital com a revisão de algumas de características do edital anterior e a incorporação de novas parcerias. A proposta do FNMA é realizar periodicamente o lançamento de um edital específico para a elaboração de Agendas 21 locais e, dessa forma contribuir para a implementação da Política Nacional de Meio Ambiente e das ações prioritárias da Agenda 21 Brasileira.

Este edital contribuiu com outras abordagens para a gestão ambiental dos territórios e para a mobilização social. Essas novas abordagens estão alinhadas às prioridades dos programas governamentais que se iniciaram em 2003.

3. PARCEIROS

Para este edital o FNMA com as parcerias da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável - SDS/ Coordenação da Agenda 21 Brasileira; da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA/ Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho; da Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA/ Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN /Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7; do Ministério da Cultura/ Programa Monumenta; do Ministério da Saúde/ Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde; do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome/ Programa Fome Zero; e do Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Programas Urbanos.

A Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável - SDS atua como órgão de articulação intersetorial e intra-institucional para a coordenação e implementação de instrumentos de apoio à política ambiental executada pelo MMA, com a missão de promover a inserção dos princípios do desenvolvimento sustentável nas diferentes instâncias de governo, no setor produtivo e demais segmentos da sociedade. As diretrizes da política ambiental do novo governo, com destaque para o desenvolvimento sustentável, a transversalidade, democracia e controle social, apontam a Agenda 21 como instrumento de consolidação desses princípios para a formulação de políticas públicas por meio de processos participativos. Nesse contexto, a Coordenação da Agenda 21, vinculada à SDS, tem como objetivo implementar a Agenda 21 Brasileira e estimular e apoiar a elaboração de Agendas 21 locais.

O Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN da Secretaria de Coordenação da Amazônia - SCA é parte integrante do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7. O SPRN tem como objetivo contribuir para a definição e implementação de um adequado modelo de gestão ambiental integrada para a Amazônia Legal, visando ao uso sustentável dos recursos naturais. Na fase de prorrogação do Subprograma, no período de julho de 2003 a junho de 2006, uma das diretrizes é o fortalecimento do processo de descentralização da gestão ambiental, especificamente o desenvolvimento de iniciativas-piloto de descentralização em nível municipal. Além disso, uma das prioridades para essa fase é a atuação em municípios de fronteira consolidada, onde a floresta em grande parte já desapareceu e a pobreza tornou-se crônica, vinculando melhoria dos índices ambientais com geração de emprego e renda. Nesse contexto, o SPRN e o FNMA têm como objetivo apoiar a elaboração de Agendas 21 locais articuladas com a elaboração de planos de intervenção em áreas alteradas em municípios da Amazônia.

O Programa Fome Zero, coordenado pelo Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, é um programa prioritário do governo que visa garantir a segurança alimentar a todos os brasileiros, sendo condição prévia para o desenvolvimento sustentável. O Programa Fome Zero tem o objetivo de combater o círculo vicioso da fome e da pobreza, por meio de políticas estruturais e de apoio efetivo à agricultura familiar, à geração de emprego e renda, o incentivo ao cooperativismo e aos instrumentos de microcrédito. Nesse sentido, o resultado da construção de Agendas 21 locais, nos municípios prioritários do semi-árido inseridos no programa, deverá contribuir para a formulação e articulação de políticas públicas locais, estaduais e federais, com a participação de diferentes atores, que garantam a sustentabilidade social, econômica e ambiental dessas cidades.

O **Programa Monumenta** do Ministério da Cultura tem como objetivo a recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal. A área de atuação do Programa Monumenta abrange os sítios históricos urbanos nacionais - SHUN e os conjuntos urbanos de monumentos nacionais - CUMN tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e situados dentro dos perímetros urbanos dos municípios. Em consonância com a política de transversalidade entre as ações dos ministérios foi proposta uma ação conjunta para a elaboração de Agendas 21 locais em municípios considerados prioritários para o Programa Monumenta, a fim de conciliar a proteção do patrimônio histórico com a conservação ambiental.

O **Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima** – Projeto Orla é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos - SQA, e executado no âmbito do **Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro** - GERCO, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, por meio da Secretaria do Patrimônio da União, e tem como principal objetivo compatibilizar as políticas ambiental e patrimonial no trato dos espaços litorâneos sob propriedade ou guarda da União. O Projeto Orla busca dar uma nova abordagem ao uso e gestão desses espaços de importância estratégica, quer sob o ponto de vista ambiental quer sob o socioeconômico, como forma de consolidar uma cooperação harmônica com a sociedade e entre as ações e políticas de governo praticadas na orla marítima.

A **Coordenação Geral de Vigilância Ambiental em Saúde**, ligada à Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde visa realizar um conjunto de ações que proporciona a geração do conhecimento e a internalização de mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou outros agravos à saúde. Sua inserção na Agenda 21 local se faz por meio da Atenção Primária Ambiental - APA e do Termo de Cooperação Técnica entre o MMA e o MS que focalizam a promoção da saúde ambiental com enfoque integrado em nível local, desenvolvendo estratégias de participação da sociedade civil e das organizações locais por meio do conhecimento, identificação e solução dos problemas ambientais primários que atingem a saúde e que limitam a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável.

O **Programa de Desenvolvimento Institucional, Capacitação e Apoio ao Planejamento Territorial** do Ministério das Cidades tem como objetivo apoiar os municípios para fortalecer sua capacidade técnica e desenvolvimento institucional nas áreas de planejamento e gestão territorial. A ação de apoio à elaboração dos planos diretores, que tem como órgão executor a Secretaria Nacional de Programas Urbanos, se constituirá na assessoria técnica e metodológica ao desenvolvimento dos planos diretores municipais, definindo a política de desenvolvimento e expansão urbana do município consideradas a área urbana e rural. Em consonância com a política de transversalidade entre as ações dos ministérios, foi proposta uma ação conjunta para a elaboração de Agendas 21 locais em municípios considerados prioritários para o Ministério das Cidades, a fim de conciliar o desenvolvimento físico-territorial ao desenvolvimento sustentável do município.

4. OBJETO DO EDITAL

Este edital tem como objetivo selecionar projetos que tenham por finalidade a construção de Agendas 21 locais.

5. JUSTIFICATIVAS

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992 - ECO 92, aprovou o documento **Agenda 21**, com os compromissos assumidos entre os 179 países participantes, da mudança do padrão de desenvolvimento do novo século. A idéia era tornar possível a construção de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, nacional e local, capaz de permitir, de forma negociada, o nascimento de um novo paradigma de desenvolvimento.

O Brasil finalizou a construção da Agenda 21 Brasileira no início de 2002. Nesse processo, contou com a participação de aproximadamente quarenta mil pessoas de diversas instituições nos vários estados, sob a coordenação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 - CPDS. A Comissão tem a finalidade de propor políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e implementação da Agenda 21 Brasileira, definir estratégias para o atendimento dos programas prioritários do governo; promover a elaboração e implementação de Agendas 21 locais com base nos princípios e estratégias da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis.

De acordo com o capítulo 28 da Agenda Global, referendado pela Agenda 21 Brasileira, “Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais são fatores determinantes na realização de seus objetivos. As autoridades locais constroem, operam e mantêm a infra-estrutura econômica, social e ambiental, supervisionam os processos de planejamento, estabelecem as políticas e regulamentações ambientais locais e contribuem para a implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como esfera de governo mais próxima da população, desempenha um papel essencial na educação, mobilização e resposta ao público, em favor do desenvolvimento sustentável”.

Assim, “Cada autoridade local deve iniciar um diálogo com seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e aprovar uma Agenda 21 local. Por meio de consultas e da promoção de consenso, as autoridades locais ouvirão os cidadãos e as organizações cívicas, comunitárias, empresariais e industriais locais, obtendo assim as informações necessárias para formulação das melhores estratégias. O processo de consultas favorece a mobilização das comunidades em relação às questões do desenvolvimento sustentável. Os programas, as políticas, as leis e os regulamentos das autoridades locais destinados a cumprir os objetivos da Agenda 21 serão avaliados e modificados com base nos programas locais adotados”.

Pode-se, então, concluir que a Agenda 21 local é um processo de desenvolvimento de políticas para o alcance da sustentabilidade, cuja implementação depende, diretamente, da construção de parcerias entre autoridades e outros setores da sociedade.

É importante que a noção de ‘processo contínuo’ esteja sempre presente ao falar de Agenda 21, que não deve ser entendida como um único acontecimento, documento ou atividade. No processo de desenvolvimento de uma Agenda 21 local, a comunidade reconhece suas deficiências e identifica suas potencialidades e recursos; dessa forma estará apta a fazer as escolhas que vão torná-la uma comunidade sustentável.

Espera-se, diante do exposto, que os resultados deste edital contribuam efetivamente para o processo de construção de Agendas 21 locais, especialmente no que diz respeito à interação e consolidação de alianças estratégicas entre os diversos setores da sociedade para o alcance do desenvolvimento sustentável.

6. PRAZOS E VALORES

Recebimento dos projetos	Até 24 de outubro de 2003
Divulgação das instituições habilitadas	05 de novembro de 2003
Divulgação dos resultados	18 de dezembro de 2003

Chamadas	Prazo máximo de execução	Valor de apoio por projeto (R\$)*		Recursos previstos (R\$)**
		Mínimo	Máximo	
I. Construção da Agenda 21 local nos municípios da Amazônia Legal ¹	18 meses	50.000,00	200.000,00	4.000.000,00
II. Construção da Agenda 21 local nos municípios inseridos no Projeto Orla ²	18 meses	50.000,00	100.000,00	800.000,00
III. Construção da Agenda 21 local nos demais municípios brasileiros ^{3***}	18 meses	50.000,00	200.000,00	5.000.000,00

* Valor a ser financiado pelo FNMA, excluída a contrapartida.

** Havendo disponibilidade de recursos no FNMA, a critério do Conselho Deliberativo, os limites expostos acima poderão ser ampliados.

*** Os recursos a serem aplicados nos municípios acima de 300.000 (trezentos mil) habitantes estarão limitados a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões). Conforme Censo Demográfico de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

7. ENQUADRAMENTO DOS PROJETOS

7.1. Aspectos Gerais

Considera-se que as Agendas 21 locais só poderão ser construídas por meio de processos participativos, descentralizados, multissetoriais e com a co-responsabilidade dos diferentes segmentos sociais. Para este edital foram consideradas 3 (três) chamadas distintas:

Chamada I - Construção de Agendas 21 locais nos municípios da Amazônia Legal - Serão selecionados projetos que visem à elaboração da Agenda 21 local e do **Plano Municipal de Intervenção em Áreas Alteradas** destinados aos municípios da Amazônia Legal, sendo que os municípios listados no Anexo 3a são considerados prioritários.

¹ Considerar os Estados do Amazonas, Amapá, Pará, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins, Maranhão (oeste do Meridiano 44°.) e Mato Grosso (norte do Paralelo 16°. Latitude Sul).

² Os municípios listados no Anexo 3b serão considerados prioritários.

³ Não poderão participar da Chamada III os municípios listados como elegíveis na Chamada I e II.

Chamada II - Construção de Agendas 21 locais nos municípios inseridos no Projeto Orla - Serão selecionados projetos que visem à elaboração da Agenda 21 local onde, entre as ações previstas está a demanda pela legitimação do **Plano de Intervenção na Orla Marítima** elaborado segundo as diretrizes técnicas e metodológicas do Projeto Orla. Os municípios deverão cumprir os requisitos para inserção no projeto elencados na ficha de adesão Anexo 6, devendo apresentar estrutura institucional mínima (Secretarias de Planejamento, Meio Ambiente, Habitação, Pesca, e demais afetas à questão), corpo técnico especializado e instrumentos normativos/legais de ordenamento aplicáveis à gestão desse espaço. Os municípios listados no Anexo 3 serão considerados prioritários.

Chamada III – Construção de Agendas 21 locais nos municípios brasileiros – Serão selecionados os projetos que visem à elaboração da Agenda 21 local nos municípios brasileiros não enquadrados nas chamadas I e II. Os municípios listados no Anexo 3d – Programa Fome Zero - devem prever a elaboração de um **Plano de Ações para uma Política de Segurança Alimentar**, conforme Anexo 7. Os municípios listados no Anexo 3c – Programa Monumenta e Anexo 3d Programa Fome Zero serão considerados prioritários.

7.2. Abrangência dos projetos

Os projetos podem ser implementados em qualquer parte do território brasileiro, seguindo as restrições de cada chamada específica, podendo agregar geograficamente as bacias e sub-bacias hidrográficas, municípios ou grupo de municípios e outros espaços sub-regionais ou micro-regionais de desenvolvimento.

7.3. Condições para a apresentação de projetos – Chamadas I, II e, III:

Como **condição obrigatória** na participação deste edital aponta-se a apresentação de ata, decreto ou documento de constituição do Fórum da Agenda 21 ou instituição congênere, comprovando ter mandato direcionado para a busca do desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo, bem como a gestão compartilhada do processo de construção da Agenda 21 local.

Como **condições desejáveis** na participação deste edital apontam-se:

- a) a apresentação preliminar de relação dos atores relevantes para a construção da Agenda 21 Local;
- b) o estabelecimento de parcerias multissetoriais⁴ que envolvam representantes do poder público e da sociedade civil organizada;
- c) a articulação da instituição proponente ou das instituições parceiras com outros programas ou projetos nos âmbitos federal, estadual ou municipal;
- d) a participação da instituição proponente ou das instituições parceiras em outros Fóruns setoriais, tais como comitês de bacias, comitês de conservação de solo e água, conselhos municipais de saúde, conselhos do desenvolvimento do litoral, conselhos municipais de meio ambiente, consórcios intermunicipais, conselhos de segurança alimentar;
- e) a existência, na área de abrangência do projeto, de resultados concretos obtidos a partir de 1995, relativos a outros esforços, tais como Planos Diretores Municipais, Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, ou outros planos locais afins que possam ser integrados na construção da Agenda 21 local.

⁴ A parceria multissetorial deverá ser comprovada pela apresentação de documento formal (carta ou ofício) de cada uma das instituições parceiras dando ciência do conteúdo do projeto e descrevendo, de forma sucinta, a natureza da sua participação.

7.4. Metodologia dos Projetos para Chamadas I, II e, III

Sugere-se que os projetos a serem submetidos ao FNMA, no âmbito deste edital, apliquem diretrizes metodológicas para a construção da Agenda 21 local, publicadas em documento do MMA⁵. Todos os projetos devem apresentar, como requisito básico, o detalhamento da metodologia para todo o processo de elaboração da Agenda 21 local.

Espera-se que os projetos possam focalizar os processos sociais e suas dinâmicas a fim de que não se transformem em “letra morta” no momento mesmo de sua conclusão. Nesse sentido, os projetos devem estar estruturados considerando:

- a) a visão estratégica da comunidade sobre cenários de futuro desejáveis;
- b) objetivos-chave com base em potencialidades e vulnerabilidades levantadas;
- c) metas específicas a serem atingidas;
- d) ações concretas para o alcance das metas;
- e) estratégias de implementação das ações;
- f) critérios para revisão do processo e dos pactos firmados;
- g) instrumentos e mecanismos de implementação;
- h) compromissos institucionais e responsabilidades dos diferentes segmentos envolvidos.

A seguir, são apresentados os aspectos a serem observados na preparação dos projetos, sempre considerando a necessidade de detalhamento da metodologia para elaboração de todo o processo da Agenda 21 local:

- Discutir as questões estratégicas ligadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão;
- Fortalecer uma instância participativa local que promova durante e após a execução do projeto a permanente discussão da Agenda 21, bem como acompanhe o seu processo de implementação;
- Envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para a sua solução a curto, médio e longo prazos, em regime de coresponsabilidade;
- O meio ambiente é uma consideração de primeira ordem, mas o enfoque deve ser de desenvolvimento sustentável, ou seja, incorporar o equilíbrio entre as dimensões econômica, social, cultural e ambiental;
- Capacitar os diversos segmentos da sociedade e atores envolvidos nas temáticas ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas, visando o fortalecimento institucional e de lideranças que irão atuar como co-gestores da Agenda 21;
- Ter como documentos norteadores a Agenda 21 Global, a Agenda 21 Brasileira e a Agenda 21 do Estado onde o município se localiza (caso exista);
- Efetivar parcerias ou identificar de parcerias potenciais que possam ser realizadas no decorrer do processo, com avaliação do grau de compromissos esperados.

⁵ Construindo a Agenda 21 Local, Brasília, 2003. Este livro pode ser encontrado na Coordenação da Agenda 21 Brasileira, Ministério do Meio Ambiente. Tel: 61-317-1142 ou na página eletrônica: www.mma.gov.br.

Os projetos devem contemplar um conjunto básico de atividades que possibilitem a construção da Agenda 21 local. O alcance de tal meta pressupõe, no mínimo, que sejam considerados os seguintes passos:

- a) promoção de forma participativa da sistematização de dados com enfoque nos aspectos físico/bióticos, sociais, econômicos, culturais, institucionais, riscos ambientais à saúde, com o objetivo de elaborar um diagnóstico simplificado da localidade onde se pretende construir a Agenda 21. Este diagnóstico deve permitir uma clara visualização das potencialidades e vulnerabilidades locais, seguindo o escopo mínimo do Anexo 1;
- b) discussão e definição das formas de legitimação do processo de construção da Agenda 21 local, por meio de oficinas/seminários;
- c) criação de canais efetivos para a consolidação das parcerias para a troca de informações;
- d) elaboração das estratégias de ação que permitam a continuidade do processo de construção da Agenda 21 local, definindo os compromissos institucionais para com os mecanismos de implementação;
- e) revisão e/ou legitimação das prioridades e estratégias para a construção da Agenda 21 local;
- f) elaboração e identificação dos instrumentos e mecanismos de implementação da Agenda 21;
- g) definição dos mecanismos que garantam a manutenção do Fórum e dos esforços realizados;
- h) elaboração de indicadores de sucesso ou de performance da Agenda 21 local;
- i) formalização dos compromissos, prioridades e estratégias consensuadas por intermédio da publicação do documento e/ou adoção de atos jurídicos pelo poder público (Legislativo ou Executivo);
- j) execução de um Seminário de Transição e Afirmção de Compromissos, em novembro de 2004, entre a gestão municipal atual e nova gestão que tomará posse em 2005.

Os projetos deverão prever também:

- k) a participação de duas pessoas envolvidas no projeto em um Seminário de Intercâmbio em Brasília, com duração de três dias, que ocorrerá em agosto de 2005;

Cada chamada deve atender, ainda aos seguintes aspectos específicos:

Chamada I

Prever a elaboração do Plano Municipal de Intervenção em Áreas Alteradas, conforme Anexo 4.

Chamada II

Prever a inserção, no âmbito de Agendas 21 locais, dos Planos de Intervenção na Orla Marítima como orientação à tomada de decisão para ordenamento do uso e ocupação desse espaço e requisito para celebração de termo de convênio entre o município e a Secretaria de Patrimônio da União, com vistas na descentralização de sua gestão, em especial dos terrenos sob domínio da União, conforme Anexo 5.

Chamada III

Prever, para os municípios do semi-árido com ações do Fome Zero, um Plano de Ações de combate à fome e promoção da segurança alimentar que podem constituir-se em um esboço de uma futura política de segurança alimentar e nutricional, conforme descrição no Anexo 7.

7.5. Produtos esperados

Como decorrência da implementação das atividades previstas nas diversas chamadas, em conformidade com as características descritas na seção 7.1 aspectos gerais, seção 7.3 condições para apresentação de projetos e seção 7.4 metodologia deverão ser apresentados os seguintes produtos:

Todas as Chamadas

- a) Diagnóstico socio-ambiental da localidade onde se pretende construir a Agenda 21, descrevendo especificamente potencialidades e vulnerabilidades, incluindo as questões de saúde ambiental, conforme Anexo 1.
- b) Documento da Agenda 21 Local, conforme Anexo 2.

Além dos produtos anteriormente apontados os projetos deverão apresentar como Produtos Finais:

Chamada I

Plano Municipal de Intervenção em Áreas Alteradas, conforme Anexo 4.

Chamada II

Plano de Intervenção na Orla Marítima, conforme Anexo 5.

Chamada III

Plano de Ações para uma Política de Segurança Alimentar, conforme Anexo 7.

8. DESPESAS FINANCIÁVEIS

Poderão ser realizadas, com recursos solicitados ao FNMA, despesas identificadas nas categorias econômicas despesas correntes e despesas de capital, com as seguintes ressalvas:

- dispêndio com despesas de capital com o limite de 30% do valor solicitado e se restringe a compra de equipamentos e materiais permanentes;
- os equipamentos adquiridos por instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos serão objeto de doação, finda a execução do projeto, para instituição pública.

9. DESPESAS NÃO FINANCIÁVEIS

Não serão financiadas com os recursos disponibilizados pelo FNMA, as despesas referentes a:

- taxa de administração, gerência ou similar;
- elaboração do projeto apresentado;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional ao pessoal com vínculo empregatício com as instituições que propõem ou parceiras do projeto;
- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a integrantes das diretorias das instituições que propõem o projeto;

- gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores da administração pública ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União;
- pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive decorrentes de pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- despesas com pessoal e obrigações patronais;
- pagamento de dividendos ou recuperação de capital investido;
- compra de ações, debêntures ou outros valores mobiliários;
- despesas gerais de manutenção das instituições proponentes, parceiras ou executoras;
- financiamento de dívida;
- aquisição de bens móveis usados;
- aquisição de bens imóveis;
- despesas com publicidade que contenham nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou pessoas, servidores ou não, das instituições proponentes, parceiras ou executoras.

10. ELEGIBILIDADE E HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PROPONENTES

Poderão participar desta seleção pública de projetos, as seguintes instituições:

- instituições pertencentes à administração municipal, direta ou indireta;
- instituições privadas brasileiras, somente para a Chamada III, sem fins lucrativos e que possuam:
 - registro no Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas - CNEA⁶ ou;
 - no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses de existência legal e atribuições estatutárias para atuação na área de meio ambiente.

Para habilitação da instituição proponente, é necessária a apresentação de prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Justiça além de cópia dos seguintes documentos:

- instituições públicas:
 - documento comprobatório de suas atribuições legais e finalidade precípua, tal como decreto de criação, estatuto, regimento ou outro;
 - termo de posse do atual responsável legal;
 - cópia do CPF e da cédula de identidade do representante legal da instituição (autenticada).
- instituições privadas brasileiras, sem fins lucrativos:
 - ata de criação;
 - ata de eleição e posse da atual administração;
 - estatuto em vigor;
 - cópia do CPF e da cédula de identidade do representante legal da instituição (autenticada);
 - certificado de deferimento do Ministério da Justiça (apenas para OSCIP).

A não apresentação da documentação listada, nesse item, poderá implicar na inabilitação da instituição.

⁶ O Cadastro Nacional de Entidades Ambientalistas – CNEA é de competência do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. Para saber como se cadastrar, acesse a página eletrônica: www.mma.gov.br/conama ou entre em contato pelo telefone (61) 317-1433 ou pelo fax (61) 317-1392.

11. DOCUMENTAÇÃO DAS PROPONENTES

As instituições proponentes que tiverem projetos selecionados terão até 60 dias, após a publicação dos resultados deste edital no Diário Oficial da União, para comprovar adimplência junto ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados - CADIN e junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI e para apresentar os documentos necessários à celebração de convênio ou outros instrumentos congêneres, quais sejam:

- prova de regularidade com a:
 - Fazenda Federal (certidão negativa de tributos e contribuições federais);
 - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (certidão quanto à dívida ativa da União);
 - Fazenda Estadual;
 - Fazenda Municipal.
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS;
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço -FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal.

As instituições municipais deverão ainda, apresentar os seguintes documentos:

- cópia da publicação do relatório de gestão fiscal do último quadrimestre;
- cópia da publicação do relatório resumido de execução orçamentária;
- comprovação de aplicação dos limites constitucionais (art. 25, §. 1º, inciso IV, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e art. 212 da Constituição Federal) que poderá ser feita mediante certidão ou declaração expedida por Tribunal ou Conselho de Contas em cuja jurisdição esteja a instituição;
- comprovação do encaminhamento das contas à Secretaria do Tesouro Nacional ou entidade preposta (Caixa Econômica Federal).

Caso a instituição proponente tenha sido cadastrada no CAUC – Cadastro Único das Exigências para Transferências Voluntárias aos Estados e Municípios e esteja com a documentação válida, ficará dispensada da apresentação dos documentos acima solicitados.

Após o período de 30 dias, a contar da data de publicação do resultado do Edital, as instituições que não apresentarem a documentação exigida para celebração do Convênio, ou instrumento de repasse de recursos terão seus projetos arquivados. Nesse caso, obedecendo a ordem de classificação, será convocada para celebração de convênio, o projeto subsequente, em conformidade com os recursos financeiros disponibilizados neste edital.

12. CONTRAPARTIDA

É obrigatória a apresentação de contrapartida cujos limites em recursos financeiros são estabelecidos para instituições públicas municipais na Lei de Diretrizes Orçamentárias. No caso de projetos apresentados por organizações não governamentais fica estabelecida uma contrapartida mínima de 10% do valor total do projeto que pode ser atendida por recursos financeiros e/ou bens e serviços economicamente mensuráveis, próprios ou a serem agregados por instituições parceiras.

Tipo de instituição	Percentual de contrapartida
Instituições municipais pertencentes a municípios com até 25.000 habitantes	3 a 8%
Instituições municipais pertencentes a municípios com população superior a 25.000 habitantes, localizados nas áreas da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, da Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA e no Centro-Oeste	5% a 10%
Demais instituições municipais pertencentes a municípios com população superior a 25.000 habitantes	20 a 40%
Organizações privadas sem fins lucrativos	Mínimo 10%

13. ENCAMINHAMENTO DOS PROJETOS

Os projetos elaborados de acordo com o Roteiro para Apresentação de Projetos deverão ser encaminhados por meio de expediente formal (ofício) assinado pelo representante legal da instituição proponente.

Os projetos deverão ser entregues no protocolo geral do Ministério do Meio Ambiente ou remetidas por Serviço Postal até 24/10/2003. Os projetos enviados por Serviço Postal, até a citada data somente serão considerados se recebidos na Diretoria do FNMA até as 18 horas do dia 03/11/2003. Sugere-se o controle do recebimento do projeto.

Será requerida a apresentação do projeto em duas vias impressas, sendo uma original e cópia, cada uma encadernada em espiral, e em uma via digital (disquete ou disco óptico). As páginas deverão estar numeradas e ordenadas seqüencialmente, sendo que, nas vias impressas, será obrigatória a aposição de rubrica do coordenador do projeto, em cada uma.

No envelope deverá constar claramente a seguinte referência:

CONFIDENCIAL FNMA: PROPOSTA DE PROJETO
Edital FNMA 2/2003 - Construção de Agendas 21 locais

Chamada:
Título do Projeto:
Instituição Proponente:

Os documentos de habilitação (listados no item 10), o CNPJ e a documentação comprobatória da existência e funcionamento do Fórum (ou congênere) e do estabelecimento das parcerias devem ser encaminhados junto ao projeto, formando um único volume, encadernado e numerado.

Recomenda-se a apresentação de um índice com a relação de documentos e sua localização no volume, conforme Quadro 10 do roteiro para apresentação de projetos.

14. ANÁLISE E JULGAMENTO DOS PROJETOS

Encerrado o prazo para recebimento de projetos, a diretoria verificará o atendimento das exigências quanto à habilitação das instituições proponentes, a partir dos documentos exigidos e ao enquadramento dos projetos aos termos deste Edital.

As instituições habilitadas terão seu projeto avaliado por uma Câmara Técnica Temporária, composta por especialistas convidados pelo FNMA. O processo de análise técnica ocorrerá conforme os procedimentos e critérios descritos no presente edital, dentre os quais serão fundamentais:

- a) a qualidade técnica do projeto;
- b) a clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados esperados;
- c) a factibilidade dos objetivos, metas e atividades no tempo fixado;
- d) os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da execução do projeto;
- e) a maturidade institucional da proponente;
- f) as parcerias institucionais;
- g) a capacidade técnica da equipe executora do projeto; e
- h) a adequação do orçamento proposto às atividades a serem desenvolvidas.

Os projetos serão classificados por pontos obtidos, conforme tabelas abaixo, sendo, posteriormente, submetidas a julgamento pelo Conselho Deliberativo do FNMA.

Os valores da tabela P1 “**Qualidade do Projeto**” variam de 0 a 4, correspondendo o valor 0 ao pior desempenho e o valor 4 ao melhor, sendo que a pontuação não excederá a 72 pontos. Serão desqualificados os projetos que obtiverem pontuação inferior a 36 pontos. A pontuação máxima será obtida multiplicando os pontos pelo pesos correspondentes.

Qualidade do Projeto – P1		
Qualidade técnica do projeto		
	Pontos	Pesos
Clareza e pertinência dos objetivos, metas e resultados esperados	0 a 4	4
Factibilidade dos objetivos, metas e atividades no tempo fixado	0 a 4	2
Consistência metodológica	0 a 4	4
Adequação do orçamento proposto às atividades a serem desenvolvidas	0 a 4	2
Pontuação máxima	48	
Capacidade técnica da equipe executora do projeto		
	Pontos	Peso
Equipe técnica multidisciplinar e multi-institucional	0 a 4	3
Experiência da equipe na condução de processos de planejamento participativo	0 a 4	3
Pontuação máxima	24	
Pontuação máxima P1	72	

Para a tabela P2, os projetos deverão demonstrar a experiência do proponente na área temática e “quanto” as instituições parceiras podem contribuir para o sucesso do projeto, levando em consideração o grau de especialidade no tema abordado e a experiência em projetos de cunho comunitário. Assim, cada item receberá pontos de 0 a 4, que deverá ser multiplicado pelo peso correspondente, sendo que a pontuação máxima não excederá 40 pontos.

Instituição Proponente e Parcerias – P2		
	Pontos	Peso
Experiência da proponente ou instituições parceiras em mobilização social e planejamento participativo	0 a 4	3
Parcerias institucionais consideradas relevantes para a execução do projeto	0 a 4	2
Parcerias da proponente ou instituições parceiras com outros fóruns setoriais ou consórcios intermunicipais	0 a 4	2
Possuir resultados concretos de outros esforços já realizados, tais como planos diretores municipais, planos de manejo de recursos naturais, planos de gestão integrada de resíduos sólidos e outros planos afins que possam ser integrados na construção da Agenda 21 local	0 a 4	1
Capacidade operacional da proponente e instituições parceiras	0 a 4	2
Pontuação máxima	40	

Para a tabela P3, os projetos deverão demonstrar participação, articulação ou compatibilização com outras estratégias da Política Nacional do Meio Ambiente, ou ser considerado prioritário conforme listagem no Anexo 3. Assim, cada item receberá pontos de 0 a 4, que deverá ser multiplicado pelo peso correspondente, sendo que a pontuação máxima não excederá 24 pontos

Estratégias relacionadas à Política Nacional do Meio Ambiente – P3		
	Pontos	Peso
Apresenta articulação e compatibilização com outros programas ou projetos em nível federal, estadual ou municipal que considerem gestão local de forma participativa.	0 a 2	2
Apresenta articulação regional contemplando Comitês de Bacia Hidrográfica, sub-regiões de desenvolvimento ou grupos de municípios.	0 a 2	2
O município consta a lista de municípios considerados prioritários – Anexo 3	4	4
Pontuação máxima	24	

Pontuação Final – PF

A pontuação final será dada pelo somatório obtido em cada uma das tabelas anteriores:

$$PF = \Sigma P1 + \Sigma P2 + \Sigma P3$$

CrITÉrios de Desempate

Em caso de empate, os projetos que apresentarem maior pontuação na tabela P3 serão selecionados. Caso ainda persista o empate será escolhido o que obtiver maior pontuação na tabela P1.

15. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A divulgação dos resultados desta seleção deverá ocorrer em 18/12/2003. Os resultados serão publicados no Diário Oficial da União - DOU, e disponibilizados na página eletrônica do Fundo Nacional do Meio Ambiente: www.mma.gov.br/fnma.

16. DOS RECURSOS

Dos atos da administração do FNMA praticados no curso desse processo seletivo, será admitida a interposição dos recursos previstos no art. 109, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

17. CONVÊNIO OU INSTRUMENTO DE REPASSE DE RECURSOS

As instituições contempladas serão convocadas para a apresentação da documentação e assinatura de convênio ou outros instrumentos congêneres.

O não atendimento à convocação ou a não aceitação do convênio ou outros instrumentos congêneres, caracterizará a desistência da instituição.

No caso de inadimplência que perdure por prazo superior a 60 dias, contados a partir da convocação para formalização de convênio ou outros instrumentos congêneres, o projeto será arquivado e a instituição proponente perderá o direito aos recursos destinados à sua execução.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

Será permitida a apresentação de apenas um projeto por instituição. Caso seja recebido mais de um projeto por instituição proponente, apenas a melhor classificado será passível de apoio.

As instituições parceiras que integram a execução de projetos selecionada se reportarão unicamente à instituição proponente, não adquirindo direitos ou recebendo recursos diretamente do FNMA.

Havendo sobreposição entre as áreas de abrangência de dois ou mais projetos, que provoque duplicidade de esforços, apenas o melhor classificado, segundo os critérios definidos neste edital, será passível de apoio.

Será admitida a apresentação dos documentos originais, em cópia autenticada ou, ainda, na forma de publicação na imprensa oficial.

Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo de projetos antes encaminhados, esgotado o prazo fixado para apresentação dos mesmos.

Serão inabilitados as instituições cujos projetos forem:

- postados após a data de 24/10/2003;
- recebidos pela Diretoria após as 18 horas do dia 03/11/2003.
- não obedecerem rigorosamente os termos e disposições deste Edital.

Nos casos das instituições inabilitadas e dos projetos reprovados, os documentos estarão à disposição das instituições proponentes na Diretoria, a partir de 10/01/2004, para serem devolvidos/retirados mediante ofício assinado pelo representante legal da mesma. Aqueles não reclamados até 60 (sessenta) dias após a data fixada, acima, serão inutilizados.

As disposições deste edital, bem como o projeto da instituição proponente, farão, para todos os efeitos legais, parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição.

Os direitos sobre os produtos do projeto apoiado serão objeto de tratamento específico no termo de convênio ou instrumento de repasse de recursos, conforme as disposições normativas do FNMA.

A critério da Diretoria, e ouvido o Conselho Deliberativo do FNMA, os valores e percentuais consignados para este edital poderão ser alterados em razão de eventuais mudanças ou determinações superiores na ordem econômica do país.

A instância administrativa competente para homologar o resultado final desta seleção de projetos é o Conselho Deliberativo do FNMA. As decisões pertinentes à anulação ou revogação, assim como aquelas relativas à aplicação das penalidades previstas, serão publicadas no Diário Oficial da União - DOU.

Este Edital poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo ser anulado por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

Os termos deste edital somente poderão ser impugnados mediante pedido formal protocolizado na Diretoria, **até 25/08/2003**. Vencido o período especificado, qualquer questionamento não terá efeito impugnatório.

O Conselho Deliberativo do FNMA, no uso de suas competências estabelecidas pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria MMA nº 170, de 3 de maio de 2001, quando instado por manifestação da Câmara Técnica, poderá determinar a realização de ajustes técnicos nos projetos aprovados, desde que não descaracterizem o objeto da seleção e sejam atendidos em data anterior e como condição à celebração do convênio ou instrumento correlato.

Informações e esclarecimentos complementares pertinentes a esta seleção de projetos poderão ser obtidos diretamente na diretoria do FNMA no seguinte endereço:

Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º andar
CEP 70.068-900 – Brasília - DF
Telefones: (61) 317-1203
Fax: (61) 317-1377
Correio eletrônico: fnma@mma.gov.br
Página eletrônica: www.mma.gov.br/fnma

ROTEIRO PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS

1. FOLHA DE ROSTO

A tabela Folha de Rosto deve ser preenchida, conforme esclarecimento a seguir, impresso pelo proponente, e apresentado no início do projeto. O referido quadro está disponível no arquivo Planilha Edital FNMA nº 2/2003⁷.

Quadro 01 – Folha de Rosto

Título: informar o título do projeto, utilizando, no máximo, 40 (quarenta) caracteres. O título deverá ser representativo do tema central proposto.

Localização: informar o(s) município(s) integrante(s) da área de abrangência do projeto e população (IBGE-2000).

Duração: informar, em meses, a duração do projeto.

Resumo do Projeto: Apresentar uma síntese do projeto, em no máximo 20 (vinte) linhas, abordando o diagnóstico da situação, a justificativa e o objetivo do projeto.

Resumo do Orçamento: não preencher. Valores importados automaticamente do Quadro 04 - Consolidação da Programação Orçamentária.

Instituição Proponente: nome completo da instituição e sigla, se for o caso.

Responsável técnico: nome completo do coordenador do projeto, responsável técnico deste.

Responsável financeiro: nome completo do técnico financeiro, responsável pela execução financeira e contábil do projeto.

Instituição(ões) Parceira(s): nome completo das instituições parceiras e siglas, se for o caso.

Demais informações: não preencher. A cargo do FNMA.

2. APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE E DAS PARCEIRAS

Identificação da instituição proponente e das parceiras

2.1. Identificação da Instituição Proponente

A instituição proponente é a pessoa jurídica que apresenta o projeto. Seu representante legal assinará o termo de convênio ou congênere e todos os outros documentos necessários ao processo, respondendo pela administração dos recursos.

Instituição: informar o nome completo da instituição, sigla, CGC ou CNPJ, endereço postal, telefone, fax, correio e endereços eletrônicos. Caso a instituição proponente pertença à administração municipal, informar também a população total do município (fonte IBGE).

Representante Legal: informar o nome do representante legal da instituição, seu cargo e função, CPF, número do Registro Geral (RG), endereço postal e correio eletrônico.

Coordenador do Projeto: informar o nome do coordenador do projeto, telefone e correio eletrônico.

Assinatura: o projeto deverá vir assinado pelo seu coordenador. Caberá também ao coordenador aplicar sua rubrica em todas as páginas e documentos que compuserem o projeto.

⁷ O arquivo Planilha Edital FNMA nº 2/2003, formato MS Excel, pode ser obtido na página eletrônica do FNMA: www.mma.gov.br/fnma, e contém as seguintes planilhas: Folha de Rosto, Programação Execução Física, Programação Orçamentária Metas de 1 a 10, Consolidação Programação Orçamentária, Detalhamento Item Orçamentário e Detalhamento Contrapartida, referentes à série de quadros descritos a seguir. Tais planilhas serão parte integrante do projeto e encontram-se protegidas, permitindo o acesso do usuário somente aos campos solicitados a preencher. Sendo assim, não devem sofrer alterações em sua configuração em hipótese alguma, sob risco de nulidade da informação por inconsistência e conseqüente inabilitação do projeto. Exceção feita à planilha Programação Execução Física.

Caracterização das atividades desenvolvidas⁸: a instituição deverá apresentar o Portfolio de Projetos, fornecendo elementos para um adequado entendimento da esfera de atuação da Instituição Proponente, principalmente no que se refere ao projeto a ser apresentado. Para tanto, faz-se necessário a apresentação das seguintes informações:

- missão, finalidade e objetivos estratégicos da instituição;
- infra-estrutura disponível;
- tempo de existência e o período de tempo em que vem trabalhando com projetos na área ambiental assim como suas principais realizações nessa área. Destacar também a experiência de trabalho em mobilização social, em planejamento participativo e em processos de construção de Agendas 21 locais.
- interação com outras instituições atuantes na região foco;
- principais atividades desenvolvidas nos últimos três (03) anos, identificando fontes de apoio técnico e/ou financeiro recebidas para implementação do projeto, montantes envolvidos e principais resultados alcançados;
- parcerias, convênios (ou similares) realizados para a orientação de instituições na execução de projetos de desenvolvimento local conjugados a projetos de conservação ambiental.

Ao *Portfolio* poderão ser anexadas fotos, publicações ou outros documentos produzidos pela Instituição Proponente que contribuam para avaliação de sua performance na região em questão.

2.2. Identificação de Instituições Parceiras:

Identificar todas as instituições que participarão do projeto, indicando a natureza dessa participação. Em anexo, deverá ser apresentado o documento formal (carta ou ofício) da instituição parceira dando ciência do conteúdo do projeto e apresentando uma descrição sucinta da forma de sua participação.

Instituição Parceira: apresentar nome completo, sigla, CGC ou CNPJ, endereço postal, telefone, fax, correio e endereços eletrônicos de todas as instituições parceiras.

Natureza da Participação: apresentar síntese da função e das responsabilidades de cada instituição parceira no projeto.

Caracterização das atividades desenvolvidas: apresentar histórico da instituição, suas áreas de atuação, principais realizações, missão etc. Destacar a experiência da instituição em mobilização social, planejamento participativo e em processos de construção da Agendas 21 locais.

As instituições parceiras não poderão celebrar contratos de prestação de serviços com a instituição proponente, entretanto, custos para a realização de ações por elas desenvolvidas poderão ser assumidos pela instituição proponente, inclusive com recursos oriundos do FNMA, limitando-se aos elementos de despesas aceitos pelo FNMA.

3. INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO

3.1. Identificação do Projeto

Título: informar o título do projeto, utilizando, no máximo, 40 (quarenta) caracteres. O título deverá ser representativo do tema central proposto.

Localização: informar o(s) municípios(s) integrantes da área de abrangência do projeto. Duração: informar, em meses, a duração do projeto.

Resumo do Projeto: Apresentar uma síntese do projeto, em no máximo 20 (vinte) linhas, abordando o diagnóstico da situação, a justificativa e o objetivo do projeto.

Resumo do Orçamento: Apresentar o resumo orçamentário do projeto, transcrevendo o valor total solicitado ao FNMA, o valor apresentado como contrapartida e o valor total do projeto.

⁸ A experiência das instituições proponentes e parceiras será objeto de avaliação durante o processo de seleção dos projetos.

3.2. Diagnóstico preliminar

O diagnóstico preliminar da área de abrangência do projeto visa o conhecimento de suas dimensões e características, de modo que as instituições proponente e parceiras tenham subsídios sobre a realidade na qual pretendem intervir.

Solicita-se, portanto, a descrição do cenário atual da área de abrangência do projeto, identificando:

- as condições ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas;
- os principais atores sociais (setores governamental, produtivo, instituições não governamentais);
- o grau de articulação e de parceria entre os diversos atores.

A caracterização deverá incluir dados quantitativos e qualitativos, se possível com as respectivas referências (bibliografia e outras fontes de informação sobre os dados tratados), assim como a apresentação de informações que permitam sua contextualização no âmbito local, regional ou nacional.

Informar a existência de programas e projetos em execução na área de abrangência do projeto que possam ser articuladas às ações da Agenda 21.

Descrever resultados já obtidos na localidade como Planos Diretores Municipais, Planos de Manejo de Recursos Naturais, Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos e outros planos afins, que possam ser integrados na construção da Agenda 21 Local.

3.3. Fórum da Agenda 21

Apresentar o histórico do Fórum da Agenda 21 local descrevendo o processo de formação, a composição, principais deliberações e realizações.

3.4. Objetivos, metas e produtos esperados

O **objetivo** do projeto deve refletir sua finalidade, ou seja, o que se pretende alcançar com a sua realização. Ele deve abranger os resultados e a situação esperada ao final da execução do projeto. Portanto, sua descrição deve ser clara e realista.

As **metas** são as etapas necessárias à obtenção dos resultados, as quais, em sua somatória, levarão à consecução do objetivo. Para sua melhor definição, devem ser:

Mensuráveis (refletir a quantidade a ser atingida).

Específicas (remeter-se a questões específicas, não genéricas).

Temporais (indicar prazo para sua realização).

Alcançáveis (serem factíveis, realizáveis).

Significativas (guardar correlação com os resultados a serem obtidos e o problema a ser solucionado ou minimizado).

Observe que nas características para o enquadramento do projeto (item 5) são apresentados produtos e resultados a serem obtidos.

3.5. Atividades, metodologia e insumos

Na descrição das atividades, devem ser apresentados, detalhadamente, os métodos, as técnicas e os recursos materiais e humanos que serão empregados na realização das metas (ou seja: significa informar "como" e "com o quê" será realizada cada meta).

A metodologia é o referencial teórico do projeto, que permitirá o entendimento de como ele será realizado na prática. O texto deverá demonstrar, de forma ordenada e lógica, a distribuição das metas e de suas atividades no tempo e no espaço. Informações adicionais, tais como: mapas, fotografias, croquis e outros documentos específicos poderão ser anexados, conforme a necessidade e a relevância de cada um.

Sugere-se que os projetos a serem submetidos ao FNMA, no âmbito deste Edital, apliquem diretrizes metodológicas para a construção da Agenda 21 Local, publicadas em documento do MMA. Todas os projetos devem apresentar, como requisito básico, o detalhamento da metodologia para todo o processo de elaboração da Agenda 21 Local.

Os insumos são os bens e serviços necessários à execução das metas. Eles deverão ser relacionados imediatamente após a descrição da metodologia da respectiva meta, juntamente com a justificativa de sua necessidade e importância. Na descrição dos insumos, atentar para o seguinte:

- no caso de aquisição de passagens, será necessário informar a quantidade, a origem e o destino da viagem;
- no caso de contratação de "Serviços de Terceiros – Pessoa Física ou Jurídica", caracterizar cada contrato por sua referência, conforme Quadro 9 deste manual.

3.6. Avaliação de Riscos

Identifique os principais fatores internos e externos ao projeto que possam comprometer o seu desenvolvimento. Apresente suas causas, efeitos e os mecanismos e estratégias previstos para sua superação.

3.7. Estratégias de continuidade

Identifique as estratégias previstas para assegurar a continuidade das ações após a execução do projeto.

3.8. Participação da Sociedade

Identifique de que forma e em que momentos os principais grupos sociais interessados ou afetados pela questão ambiental abordada participarão no desenvolvimento do projeto.

4. PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO FÍSICA

O quadro Programação da Execução Física tem por finalidade demonstrar a cronologia da execução física do projeto, que será estruturada por meta e por atividade componente.

O preenchimento desse quadro será feito de acordo com a seguinte estruturação:

Quadro 02 - Programação da Execução Física

Coluna Nº: informar a numeração sequencial das metas, em itens, e das atividades subordinadas, em subitens.

Coluna Metas e Atividades: relacionar as metas previstas e as atividades a elas subordinadas.

Coluna Resultados – Unidade de Medida e Quantidade: informar os resultados a serem obtidos com a realização das metas e das atividades, apresentando a unidade de medida característica e a quantidade.

Cronograma Bimestral de Execução Física: informar o período em que as metas previstas e as atividades a elas subordinadas serão desenvolvidas, preenchendo com um “X”, ou com outra forma de destaque, as respectivas quadrículas.

A planilha eletrônica referente a este quadro encontra-se desprotegida, podendo sofrer inclusão de linhas, tantas quantas forem necessárias ao detalhamento de metas e atividades pertinentes ao projeto.

5. ORÇAMENTO E PROGRAMAÇÃO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

O orçamento, assim como o detalhamento técnico do projeto, deverá ser estruturado por metas e refletir a programação de execução financeira.

Será representado por quatro quadros: Programação Orçamentária por Meta, Consolidação da Programação Orçamentária, Detalhamento dos Itens do Orçamento e Discriminação da Contrapartida, cujos modelos integram este Roteiro e encontram-se contidos no arquivo Planilha Edital FNMA Nº 2/2003, referido anteriormente.

Seu detalhamento consistirá em expor, por elemento de despesa, os itens orçamentários que o constituem e o seu programa de execução financeira, em conformidade com a respectiva cronologia de execução física e com a origem dos recursos.

Tabela 1 – Classificação das Despesas

Despesas Correntes	
Elementos de Despesas	Descrição
Pessoal	Despesa com vencimentos/salário de pessoal com vínculo empregatício na instituição proponente (somente contrapartida).
Diárias*	Despesas eventuais com alimentação, pousada e locomoção urbana de funcionário da instituição proponente, parceira ou convidados que se deslocar para outro município, a serviço do projeto. Os projetos deverão seguir a referência da Tabela de Diárias, listada abaixo.
Material de Consumo	Qualquer material de uso não duradouro a ser utilizado no projeto. Também são considerados ferramentas agrícolas e outros utensílios que sofrem desgaste acelerado em função de seu uso.
Passagens e Despesas com Locomoção	Despesas com aquisição de passagens (aéreas, terrestres, fluviais ou marítimas), taxas de embarque, seguros, fretamentos, locação ou uso de veículos para transporte de pessoas e suas respectivas bagagens.
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Despesas decorrentes de serviços prestados por pessoa física, tais como: remuneração de serviços de natureza eventual, prestado por pessoa física sem vínculo empregatício; monitores diretamente contratados; locação de imóveis; e outras despesas diretamente à pessoa física. Despesas decorrentes de contratos com pessoas físicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou financeiras.
Obrigações Tributária e Contributivas	Despesas decorrentes das obrigações patronais referente a contratação de Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física. Corresponde a 20% da rubrica OST-PF.
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Despesas de serviços prestados por pessoas jurídicas, despesas de INSS, serviços de pessoal das instituições parceiras, cessão de equipamentos e instalações colocadas à disposição pela proponente ou parceiras como contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis. Despesas decorrentes de contratos com pessoas jurídicas, prestadoras de serviços nas áreas de consultorias técnicas ou financeiras.

Despesas Capital	
Elementos de Despesas	Descrição
Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos e materiais permanentes a serem adquiridos para realizar o projeto.

*Não confundir com pagamentos de serviços “diaristas”, os quais devem ser relacionados no elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física”.

Os recursos orçamentários terão por origem o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e a Contrapartida (CP).

Tabela Referência de Diárias

Região	Valor da Diária*				
	Cidades com até 25.000 habitantes - 40%	Cidades entre 25.000 e 50.000 habitantes - 60%	Cidades entre 50.000 e 100.000 habitantes - 70%	Cidades entre 100.000 e 200.000 habitantes - 80%	Cidades com mais de 200.000 habitantes
Norte	R\$ 64,00	R\$ 97,00	R\$ 113,00	R\$ 129,00	R\$ 162,00
Nordeste	R\$ 62,00	R\$ 94,00	R\$ 110,00	R\$ 125,00	R\$ 157,00
Centro-Oeste	R\$ 65,00	R\$ 98,00	R\$ 115,00	R\$ 131,00	R\$ 164,00
Sudeste	R\$ 68,00	R\$ 103,00	R\$ 120,00	R\$ 137,00	R\$ 172,00
Sul	R\$ 66,00	R\$ 99,00	R\$ 115,00	R\$ 132,00	R\$ 165,00

*Para os casos de valores superiores à referência a proponente deverá justificar e apresentar uma pesquisa de mercado local

Quadro 03 - Programação Orçamentária por Meta

O quadro Programação Orçamentária por Meta é composto por duas seções distintas, porém correlacionadas: o Detalhamento Orçamentário e o Cronograma Bimestral de Execução Financeira.

O Detalhamento Orçamentário consiste na relação dos diversos itens componentes do orçamento da meta, classificados por elemento de despesa (conforme descreve a seção 6 “Itens Financiáveis”).

O Cronograma Bimestral de Execução Financeira representa a cronologia de execução financeira da meta, segundo os diversos elementos de despesa e origens de recurso. Seu preenchimento será feito conforme a planilha específica, de acordo com a seguinte estrutura:

Campo Meta: especificar a meta a que se refere a programação orçamentária.

Campo Atividades: informar, de forma sintética, as atividades subordinadas à meta especificada.

Seção Detalhamento Orçamentário: relacionar os itens que compõem o orçamento da meta, conforme o elemento de despesa. Em se tratando de material de consumo, equipamentos ou material permanente, agrupar os itens de menor custo ou significância em itens genéricos, de acordo com sua função ou finalidade (ex.: material de escritório, em vez de pastas, canetas, papel, etc.). Esses itens genéricos serão discriminados posteriormente no quadro "Detalhamento dos Itens do Orçamento".

Coluna Nº: informar a numeração seqüencial de cada item especificado.

Coluna Especificação do Item Orçamentário: especificar, de forma objetiva, o item orçamentário.

Coluna FNMA/CP: informar a origem (FNMA ou CP) do recurso disponível para o financiamento do item descrito. Caso um mesmo item seja financiado por mais de uma fonte, informá-lo em duas linhas distintas, definindo, em cada uma delas, as referidas parcelas de recursos e de origem.

Colunas Unidade de Medida e Quantidade: informar a unidade de medida característica do item descrito e a quantidade a ser utilizada.

Colunas Custo Unitário e Custo Total: informar o custo unitário do item descrito e seu produto, pela quantidade especificada.

Seção Cronograma Bimestral de Execução Financeira: informar a cronologia da execução financeira por meta, totalizada por elemento de despesa, por origem de recurso e por bimestre.

Em se tratando de valores fracionários, seja relativo à “Quantidade” (centésimos), quanto ao “Valor Unitário” (centavos), assumir composição de forma que o produto de ambos (ou “Custo Total”) resulte em valor inteiro de Real. À exceção do “Valor Unitário”, se for este o caso, todos os demais valores deverão ser expressos em números inteiros (unidades de Real).

Quadro 04 - Consolidação da Programação Orçamentária

O quadro Consolidação da Programação Orçamentária é a síntese da execução financeira do projeto. Trata da totalização dos quadros Programações Orçamentárias por Meta, segundo os elementos de despesa, as origens de recurso e a cronologia de execução financeira. Seu preenchimento, na planilha eletrônica, é automático.

Quadro 05 - Detalhamento dos Itens do Orçamento

O quadro Detalhamento dos Itens do Orçamento tem por finalidade discriminar, quando for o caso, aqueles itens genéricos relacionados no detalhamento orçamentário das metas. Portanto, deve-se preencher tantos quadros quantos forem os itens a detalhar.

Seu preenchimento será feito de acordo com a seguinte estrutura:

Campo Meta: informar a meta a que se refere o item genérico a ser discriminado.

Campo Item Orçamentário: informar o item genérico, conforme apresentado no detalhamento orçamentário da meta.

Coluna Especificação dos Itens Componentes: especificar, de forma objetiva, os diversos itens que compõem o item genérico.

Coluna FNMA/CP: informar a origem (FNMA ou CP) do recurso disponível para o financiamento do item descrito. Caso um mesmo item seja financiado por mais de uma fonte, informá-lo em duas linhas distintas, definindo, em cada uma delas, as referidas parcelas de recursos e de origem.

Colunas Unidade de Medida e Quantidade: informar a unidade de medida característica do item descrito e a quantidade a ser utilizada, respectivamente.

Colunas Custo Unitário e Custo Total: informar o custo unitário do item descrito e seu produto pela quantidade especificada, respectivamente.

Em se tratando de valores fracionários, seja relativo à “Quantidade” (centésimos), quanto ao “Valor Unitário” (centavos), assumir composição de forma que o produto de ambos (ou “Custo Total”) resulte em valor inteiro de Real. À exceção do “Valor Unitário”, se for este o caso, todos os demais valores deverão ser expressos em números inteiros (unidades de Real).

Quadro 06 - Discriminação da Contrapartida

Todo bem ou serviço economicamente mensurável disponível como contrapartida deverá ser relacionado no quadro Discriminação da Contrapartida.

Coluna Nº: informar a numeração seqüencial de cada item especificado.

Coluna Especificação do Item Orçamentário: especificar o bem ou o serviço, conforme apresentado no detalhamento orçamentário por meta.

Coluna Valor: informar o valor do bem ou o serviço descrito.

A diferença entre o total geral da contrapartida oferecida e o total do quadro Discriminação da Contrapartida será considerada como "Contrapartida Oferecida em Recursos Financeiros".

6. EQUIPE TÉCNICA

Quadro 07 - Equipe Técnica

O quadro "Equipe Técnica" deverá ser preenchido com informações sobre os profissionais que desempenharão funções técnicas no projeto. Não se deve, nesse espaço, relacionar os profissionais de apoio, tais como: motoristas, secretárias, operários, entre outros.

Seu preenchimento será feito de acordo com a seguinte estrutura:

Coluna Nome do Profissional: informar o nome completo dos profissionais vinculados à instituição proponente ou às parceiras, e também daqueles que exercerão trabalho técnico voluntário. Os profissionais técnicos prestadores de serviço a serem contratados deverão ser identificados somente por sua habilitação (ex.: biólogo, antropólogo, engenheiro florestal, etc.), seguida da expressão “a contratar”.

Coluna Função no Projeto: informar a função que cada técnico da equipe desempenhará no projeto.

Coluna Dedicção: informar o montante de horas de serviço dedicadas pelos técnicos ao projeto.

Coluna Instituição Empregadora: informar a instituição com a qual o técnico mantém vínculo empregatício. No caso de profissionais técnicos prestadores de serviços, identificar com a palavra “autônomo”. Quanto aos executores de serviços voluntários, identificar com a palavra “voluntário”.

Coluna Fonte Pagadora: informar a origem do recurso (FNMA ou CP) que financiará o serviço do técnico em questão. Os serviços voluntários deverão ser identificados como contrapartida (CP).

Quadro 08 - Curriculum Vitae Resumido

Os currículos dos profissionais integrantes da equipe técnica, vinculados à instituição proponente ou às parceiras, ou que exercerão trabalho voluntário, deverão ser apresentados conforme o padrão do quadro "Curriculum Vitae Resumido", cujo modelo integra este Roteiro.

O perfil mínimo exigido para a coordenação do projeto envolve:

- experiência na coordenação de projetos multidisciplinares e multissetoriais;
- conhecimentos específicos desejáveis em planejamento local e/ou regional;
- experiência desejável em comunicação social.

Quadro 09 – Referência de Serviços a Contratar

No caso de contratação de Serviços de Terceiros – Pessoa Física ou Jurídica, caracterizar cada contrato por sua referência, constando as seguintes informações:

Descrição do Serviço: descrever o serviço a ser realizado.

Produtos: informar os produtos resultantes da prestação de serviço.

Duração: informar o tempo de duração do serviço a ser realizado.

Valor: informar o custo estimado da prestação de serviço.

Habilitação: informar a habilitação e/ou experiência mínima desejada do prestador de serviço.

Quadro 10 – Índice

Quadro 01 – Folha de Rosto

IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO		
Título:		
Localização:	Duração:	
Resumo do projeto: (máximo 20 linhas)		
Resumo do Orçamento: (não preencher – valores importados da Consolidação da Programação Orçamentária)		
	Percentual	Valor
Valor solicitado ao FNMA:	%	R\$
a) Despesas Correntes:		R\$
b) Despesas de Capital:		R\$
Valor oferecido em contrapartida:	%	R\$
a) Despesas Correntes:		R\$
b) Despesas de Capital:		R\$
1) Recursos Financeiros (C1):		R\$
2) Bens e/ou serviços economicamente mensuráveis (C2):		R\$
Valor Total do Projeto	100%	R\$
Instituição Proponente:		
Responsável Técnico (Coordenador do Projeto):		
Responsável Financeiro:		
Instituição (ões) Parceira(s):		

RESUMO DA AVALIAÇÃO		
Habilitação da Proponente:		
Elegível?	Sim () Não () Motivos:	
Avaliação Técnica/Critérios e Pontuação:		
Critério	Máxima	Obtida
P1 – Qualidade Técnica do Projeto	72	
P2 – Instituição Proponente e Parceiras	40	
P3 - Estratégias	24	
TOTAL	136	
Classificação:		
Qualificada?	Sim () Não () Motivos:	
Recomendações e/ou Condicionantes:		

Quadro 02 –Programação da Execução Física

[illegible]

Quadro 03 – Programação Orçamentária por Meta

Meta:																		
Atividades:																	R\$1,00	
Detalhamento Orçamentário							Cronograma Quadrimestral de Execução Financeira											
Nº	Especificação do Item Orçamentário	Recurs o	Unidade de Medida	Quantid ade	Custo Unitário	Custo Total	Recurso	01	02	03	04	05	06	07	08	09	Total	
Pessoal																		
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Diárias																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Material de Consumo																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Passagens/Despesas com Locomoção																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Obrigações Tributárias e Contributivas																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Equipamentos/Material Permanente																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
Obras/Instalações																		
							FNMA											
							CP											
							Subtotal											
	Subtotal																	
Total da Meta																		
Total							FNMA											
							CP											
							Total											

Quadro 04 –Consolidação da Programação Orçamentária

Elemento de Despesa	FNMA/CP	Bimestre 1	Bimestre 2	Bimestre 3	Bimestre 4	Bimestre 5	Bimestre 6	Bimestre 7	Bimestre 8	Bimestre 9	Total
Despesas Correntes											
Pessoal	CP										
Diárias	FNMA										
	CP										
Material de Consumo	FNMA										
	CP										
Passagens e Despesas com Locomoção	FNMA										
	CP										
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	FNMA										
	CP										
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	FNMA										
	CP										
Obrigações Tributárias e Contributivas	FNMA										
	CP										
Resumo de Despesas Correntes Subtotal 1	FNMA										
	CP										
Total de Despesas Correntes											
Despesas de Capital											
Equipamentos e Material Permanente	FNMA										
	CP										
Obras e Instalações	FNMA										
	CP										
Resumo de Despesas de Capital Subtotal 1	FNMA										
	CP										
Total de Despesas de Capital											
Resumo											
Subtotal 2	FNMA										
	CP										
Total do Orçamento											

Quadro 06 – Discriminação da Contrapartida

[illegible]

Quadro 07 – Equipe Técnica

[illegible]

Quadro 08 – *Curriculum Vitae* Resumido

Nome:	
Endereço para correspondência:	
Telefone:	Correio eletrônico:
Formação profissional (indicar o título obtido, o nome da instituição concedente e a data de obtenção, iniciando pelo mais recente)	
Síntese da experiência profissional relacionada ao projeto (descrever, de forma sucinta, iniciando pela experiência mais recente)	
Declaro ter ciência da totalidade do projeto, e expresso a concordância em integrar sua equipe técnica.	
Local, data e assinatura.	

Quadro 9 – Referências de Serviços a Contratar

Descrição do Serviço:
Produtos:
Duração:
Valor:
Habilitação:

Quadro 10 – Índice

Documento	Página
1. Ofício assinado pelo representante legal da instituição proponente encaminhando o projeto ao FNMA	
2. Folha de Rosto do Projeto	
3. Projeto composto de:	
• Apresentação das Instituições Proponentes e Parceira	
• Informações sobre o projeto	
• Programação da Execução Física (quadro 2)	
• Orçamento e Programação Financeira (quadros 3, 4, 5, 6)	
• Equipe Técnica (quadro 7)	
• Currículos da equipe técnica (quadro 8)	
• Referência dos serviços a serem contratados (quadro 9)	
4. Documento formal (carta ou ofício) de cada uma das instituições parceiras dando ciência do conteúdo do projeto e apresentando uma descrição sucinta da forma de sua participação.	
5. Documentação do Fórum da Agenda 21, ou congênere.	
• Ata, decreto ou outro documento de constituição do Fórum da Agenda 21, ou congênere, comprovando ter mandato direcionado para a busca do desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo	
6. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica	
7. Documentação de habilitação	
8. Documentação de habilitação (opcional no encaminhamento do projeto)	

ANEXOS

ANEXO 1 – Roteiro para elaboração do Diagnóstico

O diagnóstico a ser apresentado pelas instituições, como resultado do processo de construção de Agendas 21 locais deve ser o processo de sistematização dos dados já existentes (físicos/bióticos, sócio-econômicos/culturais, institucionais e ambientais). Não há necessidade da elaboração de grandes pesquisas ou levantamentos de campo, mas sim, a reunião de dados que auxiliem no processo de tomada de decisão para a o estabelecimento de prioridades para a Agenda 21 Local. Por outro lado, o Diagnóstico deverá contemplar, necessariamente:

- a) Mapeamento de riscos ambientais à saúde da população;
- b) Construção de indicadores de saúde ambiental;
- c) Panorama dos principais problemas sócio-ambientais do município.

ANEXO 2 – Roteiro para elaboração da Agenda 21 Local

- a) Sumário Executivo;
- b) Metodologia Geral para elaboração da Agenda 21 Local;
- c) Descrição das atividades realizadas e resultados alcançados;
- d) Descrição da visão estratégica da comunidade, incluindo uma declaração conjunta sobre os cenários de futuro desejáveis construídos ao longo do processo;
- e) Apresentação dos objetivos-chaves, das pontencialidades e das vulnerabilidades;
- f) Apresentação de metas específicas a serem atingidas;
- g) Apresentação de ações concretas e específicas para atingir as metas e, por conseguinte, os objetivos;
- h) Estratégia de implementação das ações que inclua os vínculos com o processo de planejamento existente e que descreva as associações entre os diferentes segmentos sociais;
- i) Critérios para revisão do processo e dos pactos firmados de forma periódica;
- j) Indicadores para o acompanhamento futuro da implementação da Agenda 21 Local;
- k) Planejamento de ações de Atenção Primária Ambiental e proposta de intervenção para minimizar e/ou cessar os riscos encontrados na etapa do diagnóstico.

ANEXO 3 – Listas dos municípios prioritários

a) CHAMADA I – Municípios Prioritários – Municípios que apresentam maior Taxa de Desmatamento⁹ e IDH – Índice de Desenvolvimento Humano menor que a média estadual – 1997¹⁰.

Nº de municípios ¹¹	% dos municípios da Amazônia Legal (124/755)	Área Total dos municípios (KM ²)	% da área da Amazônia Legal	População ¹²	% da população da Amazônia Legal
124	16,40%	207.679,75	4,06%	2.242.258	11,21%

⁹ Dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial – INPE, 1997.

¹⁰ ONU, 2000.

¹¹ SCA e CSR/IBAMA, 2003.

¹² IBGE, 2000.

Estado/Município	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Área total do município em km²	% desflorestado	População 2000
ACRE¹³		0,692			557.526
Capixaba	AC	0,607	1.727,76	33,83	5.206
Bujari	AC	0,639	3.447,92	30,21	5.826
Porto Acre	AC	0,664	2.931,86	27,27	11.418
Acrelândia	AC	0,680	1.613,34	29,39	7.935
Plácido de Castro	AC	0,683	2.060,09	47,55	15.172
MARANHÃO		0,647			5.651.475
Santa Filomena do Maranhão	MA	0,533	344,88	51,19	4.667
Buritirana	MA	0,547	338,44	55,99	13.822
Tuntum	MA	0,556	3.879,66	52,71	35.411
São José dos Basílios	MA	0,556	347,21	59,21	7.432
Bom Jesus das Selvas	MA	0,580	2.881,65	51,86	16.545
Senador La Rocque	MA	0,588	1.269,83	74,92	16.242
São Pedro da Água Branca	MA	0,588	723,41	86,63	10.927
Davinópolis	MA	0,593	336,22	74,46	12.275
Vila Nova dos Martírios	MA	0,594	1.197,63	86,32	6.705
Montes Altos	MA	0,611	1.439,56	63,54	10.347
Cidelândia	MA	0,613	1.470,48	76,9	11.816
Presidente Dutra	MA	0,624	810,41	77,53	39.541
Ribamar Fiquene	MA	0,624	739,86	80,38	6.488
Governador Edison Lobão	MA	0,625	621,66	87,41	10.891
São Francisco do Brejão	MA	0,629	736,56	90,43	7.062
João Lisboa	MA	0,630	1.056,90	83,34	24.598
Sítio Novo	MA	0,631	2.935,58	65,54	15.114
Campestre do Maranhão	MA	0,633	619,56	77,38	11.521
Lajeado Novo	MA	0,646	1.198,53	79,14	5.717
MATO GROSSO		0,767			2.504.353
Jauru	MT	0,680	1.224,31	94,31	12.764
São José do Povo	MT	0,699	446,57	93,67	3.056
Carlinda	MT	0,700	2.432,25	56,96	12.296
Novo Horizonte do Norte	MT	0,703	918,46	53,24	3.511
Alto Paraguai	MT	0,704	2.064,39	71,86	8.605
Figueirópolis D'Oeste	MT	0,705	896,06	87,83	4.315
Indiavaí	MT	0,714	603,74	89,6	2.056
São Pedro da Cipa	MT	0,717	346,42	95,5	3.495
Nortelândia	MT	0,718	1.358,71	70,59	7.246
Arenópolis	MT	0,721	417,29	83,24	11.605
Dom Aquino	MT	0,722	2.217,79	97,77	8.418
Santo Afonso	MT	0,724	1.174,68	69,32	3.098
Nova Guarita	MT	0,725	1.094,25	67,13	5.651
Glória D'Oeste	MT	0,731	851,17	81,52	3.361
São José dos Quatro Marcos	MT	0,735	1.287,42	91,09	19.693
Denise	MT	0,736	1.278,38	83,04	7.463
Colíder	MT	0,739	1.137,52	76,41	28.051
Nova Olímpia	MT	0,742	1.522,00	73,06	14.186
Poxoréo	MT	0,743	6.962,65	89,32	20.030
Terra Nova do Norte	MT	0,748	2.317,04	61,24	13.694
Mirassol d'Oeste	MT	0,750	3.016,72	76,41	22.997

¹³ Considerados os municípios com mais de 20% de alteração da cobertura florestal.

Estado/Município	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Área total do município em km²	% desflorestado	População 2000
PARÁ		0,72			6.192.307
São João do Araguaia	PA	0,582	1.304,19	54,75	12.247
Bom Jesus do Tocantins	PA	0,619	2.835,40	51,96	13.106
Palestina do Pará	PA	0,652	990,46	64,96	7.544
Piçarra	PA	0,662	3.334,62	67,95	12.671
Eldorado dos Carajás	PA	0,663	2.974,99	65,01	29.608
Nova Ipixuna	PA	0,664	1.613,74	64,36	11.866
Pau D'Arco	PA	0,664	1.681,72	55,39	7.124
São Domingos do Araguaia	PA	0,671	1.402,09	70,51	20.005
Floresta do Araguaia	PA	0,673	3.466,61	62,63	14.284
Sapucaia	PA	0,677	871,27	86,49	3.796
Brejo Grande do Araguaia	PA	0,680	1.164,55	73	7.464
Curionópolis	PA	0,682	2.294,05	83,05	19.486
Jacundá	PA	0,691	2.018,83	66,92	40.546
São Geraldo do Araguaia	PA	0,691	3.292,00	72,74	27.646
Mocajuba	PA	0,702	862,59	76,52	20.542
Abel Figueiredo	PA	0,703	618,76	82,78	5.957
Rio Maria	PA	0,718	4.141,68	69,23	17.498
Conceição do Araguaia	PA	0,719	5.867,13	60,91	43.386
São João do Araguaia	PA	0,582	1.304,19	54,75	12.247
RONDONIA		0,729			1.379.787
Theobroma	RO	0,661	2.203,71	50,35	11.140
Corumbiara	RO	0,668	3.086,09	59,87	10.459
Urupá	RO	0,671	851,68	73,74	14.880
Santa Luzia D'Oeste	RO	0,679	1.189,83	69	11.603
Nova União	RO	0,680	805,4	65,58	8.233
Teixeirópolis	RO	0,685	456,73	83,78	5.618
Nova Brasilândia D'Oeste	RO	0,689	1.162,67	59,07	17.067
Primavera de Rondônia	RO	0,691	616,51	71,47	4.311
São Felipe D'Oeste	RO	0,693	548,11	80,21	7.056
Ministro Andreazza	RO	0,701	877,26	68,03	11.342
Castanheiras	RO	0,702	903,3	61,89	4.212
Vale do Paraíso	RO	0,705	970,31	68,16	9.863
Novo Horizonte do Oeste	RO	0,707	835,19	67,02	12.276
Presidente Médici	RO	0,707	1.697,26	79,4	26.365
Ouro Preto do Oeste	RO	0,727	1.982,32	76,36	40.884
TOCANTINS		0,721			1.157.098
Carrasco Bonito	TO	0,562	196,43	99,07	3.218
Axixá do Tocantins	TO	0,571	105,05	79,82	8.827
Esperantina	TO	0,572	483,42	81,62	7.623
Sampaio	TO	0,576	202,29	76,86	2.801
Praia Norte	TO	0,579	295,49	61,27	6.781
São Miguel do Tocantins	TO	0,580	409,42	70,3	8.486
Sítio Novo do Tocantins	TO	0,592	275,12	81,84	9.488
São Sebastião do Tocantins	TO	0,610	289,13	99,15	3.669
Muricilândia	TO	0,610	1.251,57	77,32	2.680
São Bento do Tocantins	TO	0,613	1.440,95	73,76	3.738
Buriti do Tocantins	TO	0,614	273,08	97,97	7.842
Itaguatins	TO	0,617	829,38	67,29	6.386
Augustinópolis	TO	0,618	395,71	91,19	12.964

Continuação...

Estado/Município	UF	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)	Área total do município em km²	% desflorestado	População 2000
TOCANTINS		0,721			1.157.098
Aragominas	TO	0,626	1.069,11	63,98	6.180
Couto de Magalhães	TO	0,628	1.596,13	58,85	4.335
Carmolândia	TO	0,633	354,39	90,79	2.008
Maurilândia do Tocantins	TO	0,636	794,04	63,04	2.854
Cachoeirinha	TO	0,639	354,55	55,7	2.023
Araguatins	TO	0,640	2.302,71	79,49	26.010
Luzinópolis	TO	0,641	281,39	74,74	2.021
Nazaré	TO	0,648	392,91	66,36	5.150
Pau D'Arco	TO	0,650	1.310,62	84,15	4.335
Arapoema	TO	0,654	1.562,87	94,42	7.025
Santa Fé do Araguaia	TO	0,657	1.687,86	72,11	5.507
Pequizeiro	TO	0,659	1.232,34	82,74	4.591
Ananás	TO	0,667	1.401,21	81,19	10.512
Bandeirantes do Tocantins	TO	0,674	1.681,16	94,88	2.608
Juarina	TO	0,677	484,06	89,3	2.333
Tocantinópolis	TO	0,687	1.084,04	52,53	22.777
Itaporã do Tocantins	TO	0,709	878,61	92,23	2.522
Bernardo Sayão	TO	0,713	932,83	92,8	4.551

b) CHAMADA II - Municípios Prioritários - Projeto Orla – Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – Secretaria de Qualidade Ambiental – Ministério do Meio Ambiente

Estado	Município
Amapá	Macapá
Amapá	Santana
Bahia	Conde
Ceará	Icapuí
Ceará	Beberibe
Espírito Santo	Presidente Kennedy
Paraíba	Cabedelo
Paraíba	Bayeux
Pernambuco	São José da Coroa Grande
Pernambuco	Ipojuca
Piauí	Parnaíba,
Piauí	Cajueiro da Praia
Piauí	Ilha Grande
Piauí	Luís Correia
Paraná	Guaraqueçaba
Paraná	Antonina
Paraná	Pontal do Paraná
Paraná	Paranaguá
Paraná	Matinhos
Paraná	Guaratuba
Rio de Janeiro	Mangaratiba
Rio de Janeiro	Paraty
Rio de Janeiro	Angra dos Reis

Continuação...

Estado	Município
Rio de Janeiro	Quissamã
Rio de Janeiro	Carapebus
Rio de Janeiro	Campos
Rio de Janeiro	Macaé
Rio de Janeiro	Casimiro de Abreu
Rio de Janeiro	Rio das Ostras
Rio de Janeiro	Saquarema
Rio de Janeiro	Arraial do Cabo
Rio de Janeiro	Armação de Búzios
Rio de Janeiro	Cabo Frio
Rio de Janeiro	Araruama
Rio de Janeiro	Iguaba Grande
Rio de Janeiro	São Pedro da Aldeia
Rio Grande do Norte	Tibau do Sul
Rio Grande do Sul	Torres
Rio Grande do Sul	Capão da Canoa
Rio Grande do Sul	Terra de Areia
Rio Grande do Sul	Tramandaí
Rio Grande do Sul	Cidreira
Rio Grande do Sul	Pinhal
Rio Grande do Sul	Imbé
Rio Grande do Sul	Osório
Rio Grande do Sul	Xangrilá
Rio Grande do Sul	Arroio do Sal
Santa Catarina	Itajaí
Santa Catarina	Navegantes
Santa Catarina	Balneário Camboriú
Santa Catarina	Porto Belo
Santa Catarina	Bombas
Santa Catarina	Bombinhas
Sergipe	Indiaroba
Sergipe	Santa Luzia do Itamby
Sergipe	Estância
Sergipe	Itaporanga D'Ajuda
Sergipe	São Cristóvão
São Paulo	Guarujá
São Paulo	Bertioga
São Paulo	Ubatuba
São Paulo	Caraguatatuba
São Paulo	Ilha Bela
São Paulo	São Sebastião

CHAMADA III - Municípios Prioritários

c) PROGRAMA MONUMENTA – Ministério da Cultura

Estado	Município
Alagoas	Penedo
Bahia	Cachoeira
Bahia	Itaparica
Bahia	Lençóis
Bahia	Monte Santo
Bahia	Mucugê
Bahia	Porto Seguro
Bahia	Rio de Contas
Bahia	Santa Cruz de Cabrália
Bahia	Jaguaripe
Bahia	Maragogipe
Bahia	Nazaré
Bahia	Santo Amaro
Ceará	Icó
Ceará	Sobral
Ceará	Aracati
Espírito Santo	Vitória
Goiás	Goiás
Goiás	Pilar De Goiás
Goiás	Pirenópolis
Maranhão	Alcântara
Minas Gerais	Cataguazes
Minas Gerais	Congonhas
Minas Gerais	Diamantina
Minas Gerais	Mariana
Minas Gerais	Nova Era
Minas Gerais	Ouro Preto
Minas Gerais	Piranga
Minas Gerais	Sabará
Minas Gerais	São João Del Rey
Minas Gerais	Serro
Minas Gerais	Tiradentes
Minas Gerais	Caeté
Minas Gerais	Conceição Do Mato Dentro
Minas Gerais	Itaverava
Minas Gerais	Minas Novas
Minas Gerais	Santa Luzia
Mato Grosso	Corumbá
Pernambuco	Igarassu
Pernambuco	Goiana
Piauí	Oeiras
Paraná	Lapa
Paraná	Paranaguá
Rio de Janeiro	Angra dos Reis
Rio de Janeiro	Nova Friburgo
Rio de Janeiro	Parati
Rio de Janeiro	Petrópolis
Rio de Janeiro	Vassouras
Rio de Janeiro	Itaboraí
Rio Grande do Sul	Antônio Prado
Rio Grande do Sul	Piratini
Rio Grande do Sul	Rio Grande
Santa Catarina	Laguna
Santa Catarina	São Francisco do Sul

Continuação...

Estado	Município
Sergipe	São Cristóvão
Sergipe	Laranjeiras
São Paulo	Itú
Tocantins	Natividade

d) PROGRAMA FOME ZERO – Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome

Estado	Município
Alagoas	Água Branca
Alagoas	Cacimbinhas
Alagoas	Delmiro Gouveia
Alagoas	Estrela De Alagoas
Alagoas	Inhapi
Alagoas	Jaramataia
Alagoas	Major Isidoro
Alagoas	Olho D'água Do Casado
Alagoas	Olivencia
Alagoas	Ouro Branco
Alagoas	Palestina
Alagoas	Pao De Acucar
Alagoas	Pariconha
Alagoas	Piranhas
Alagoas	Poco Das Trincheiras
Alagoas	Santana Do Ipanema
Alagoas	Traipu
Bahia	Abare
Bahia	Anage
Bahia	Andorinha
Bahia	Antonio Cardoso
Bahia	Aracatu
Bahia	Banzae
Bahia	Belo Campo
Bahia	Bom Jesus da Serra
Bahia	Boninal
Bahia	Brotas de Macaubas
Bahia	Buritirama
Bahia	Caem
Bahia	Campo Alegre de Lourde
Bahia	Candeal
Bahia	Caturama
Bahia	Chorrocho
Bahia	Cordeiros
Bahia	Curaca
Bahia	Filadelfia
Bahia	Gaviao
Bahia	Gloria
Bahia	Guajeru
Bahia	Ibiassuce
Bahia	Ibitiara

Continuação...

Estado	Município
Bahia	Irajuba
Bahia	Itatim
Bahia	Lagoa Real
Bahia	Lamarao
Bahia	Macurure
Bahia	Maetinga
Bahia	Matina
Bahia	Mirangaba
Bahia	Mirante
Bahia	Nordestina
Bahia	Nova Redencao
Bahia	Novo Triunfo
Bahia	Ourolandia
Bahia	Pedro Alexandre
Bahia	□ibeí Arcado
Bahia	Pindobacu
Bahia	Piripa
Bahia	Ponto Novo
Bahia	Quixabeira
Bahia	□ibeirão do Largo
Bahia	Rio do Antonio
Bahia	Santa Brigida
Bahia	Santanópolis
Bahia	Saúde
Bahia	Sítio do Quinto
Bahia	Souto Soares
Bahia	Umburanas
Ceará	Barro
Ceará	Caridade
Ceará	Chorozinho
Ceará	Independência
Ceará	Iraucuba
Ceará	Jaguaribara
Ceará	Jardim
Ceará	Nova Olinda
Ceará	Oros
Ceará	Pentecoste
Ceará	Pereiro
Ceará	Quixelo
Maranhão	Araioses
Maranhão	Barreirinhas
Maranhão	Bélagua
Maranhão	Brejo
Maranhão	Humberto de Campos
Maranhão	Magalhães de Almeida
Maranhão	Morros
Maranhão	Paulino Neves
Maranhão	Santa Quitéria do Maranhão
Minas Gerais	Angelândia
Minas Gerais	Araçuaí
Minas Gerais	Aricanduva
Minas Gerais	Berilo

Continuação...

Estado	Município
Minas Gerais	Bertópolis
Minas Gerais	Cachoeira de Pajeú
Minas Gerais	Capelinha
Minas Gerais	Carai
Minas Gerais	Carbonita
Minas Gerais	Catuji
Minas Gerais	Chapada do Norte
Minas Gerais	Comercinho
Minas Gerais	Coronel Murta
Minas Gerais	Crisólita
Minas Gerais	Francisco Badaro
Minas Gerais	Franciscópolis
Minas Gerais	Itaipé
Minas Gerais	Itamarandiba
Minas Gerais	Itaombi
Minas Gerais	Itinga
Minas Gerais	Jenipapo de Minas
Minas Gerais	Jose Gonçalves de Mina
Minas Gerais	Ladainha
Minas Gerais	Leme do Prado
Minas Gerais	Malacacheta
Minas Gerais	Medina
Minas Gerais	Minas Novas
Minas Gerais	Monte Formoso
Minas Gerais	Novo Cruzeiro
Minas Gerais	Novo Oriente de Minas
Minas Gerais	Padre Paraíso
Minas Gerais	Ponto dos Volantes
Minas Gerais	Poté
Minas Gerais	Santo Antonio do Jacinto
Minas Gerais	Setubinha
Minas Gerais	Turmalina
Minas Gerais	Veredinha
Minas Gerais	Virgem da Lapa
Paraíba	Araruna
Paraíba	Areial
Paraíba	Aroeiras
Paraíba	Bananeiras
Paraíba	Bernardino Batista
Paraíba	Boqueirao
Paraíba	Cacimba de Dentro
Paraíba	Esperança
Paraíba	Itabaiana
Paraíba	Nova Floresta
Paraíba	Picui
Paraíba	Pombal
Paraíba	Queimadas
Paraíba	São José dos Ramos
Paraíba	Umbuzeiro
Pernambuco	Afogados da Ingazeira
Pernambuco	Afrânio
Pernambuco	Agrestina

Continuação...

Estado	Município
Pernambuco	Águas Belas
Pernambuco	Alagoinha
Pernambuco	Altinho
Pernambuco	Angelim
Pernambuco	□elém de São Francisco
Pernambuco	Betânia
Pernambuco	Bezerros
Pernambuco	Bodocó
Pernambuco	Bom Conselho
Pernambuco	Bom Jardim
Pernambuco	Brejinho
Pernambuco	Brejo da Madre de Deus
Pernambuco	Buique
Pernambuco	Cabrobó
Pernambuco	Cachoeirinha
Pernambuco	Caetés
Pernambuco	Calçado
Pernambuco	Calumbi
Pernambuco	Camocim De São Félix
Pernambuco	Canhotinho
Pernambuco	Capoeiras
Pernambuco	Carnaíba
Pernambuco	Carnaubeiras da Penha
Pernambuco	Casinhas
Pernambuco	Cedro
Pernambuco	Cumaru
Pernambuco	Cupira
Pernambuco	Custódia
Pernambuco	Dormentes
Pernambuco	Exu
Pernambuco	Flores
Pernambuco	Floresta
Pernambuco	Frei Miguelinho
Pernambuco	Granito
Pernambuco	Iati
Pernambuco	Ibimirim
Pernambuco	Ibirajuba
Pernambuco	Igaraci
Pernambuco	Inaja
Pernambuco	Ingazeira
Pernambuco	Ipubi
Pernambuco	Itacuruba
Pernambuco	Itaíba
Pernambuco	Itapetim
Pernambuco	Jataúba
Pernambuco	Jatoba
Pernambuco	João Alfredo
Pernambuco	Jucati
Pernambuco	Jupi
Pernambuco	Jurema
Pernambuco	Lagoa do Ouro
Pernambuco	Lagoa dos Gatos
Pernambuco	Lagoa Grande

Continuação...

Estado	Município
Pernambuco	Lajedo
Pernambuco	Manari
Pernambuco	Mirandiba
Pernambuco	Moreilândia
Pernambuco	Orobó
Pernambuco	Oroco
Pernambuco	Ouricuri
Pernambuco	Panelas
Pernambuco	Paranatama
Pernambuco	Parnamirim
Pernambuco	Passira
Pernambuco	Pedra
Pernambuco	Pesqueira
Pernambuco	Petrolândia
Pernambuco	Poção
Pernambuco	Quixaba
Pernambuco	Riacho das Almas
Pernambuco	Sairé
Pernambuco	Salgadinho
Pernambuco	Salgueiro
Pernambuco	Saloá
Pernambuco	Sanharó
Pernambuco	Santa Cruz
Pernambuco	Santa Cruz da Baixa Verde
Pernambuco	Santa Cruz do Capibaribe
Pernambuco	Santa Filomena
Pernambuco	Santa Maria da Boa Vista
Pernambuco	Santa Maria do Cambucá
Pernambuco	Santa Terezinha
Pernambuco	São Bento do uma
Pernambuco	São Caitano
Pernambuco	São João
Pernambuco	São Joaquim do Monte
Pernambuco	São José do Belmonte
Pernambuco	São José do Egito
Pernambuco	Serrita
Pernambuco	Sertânia
Pernambuco	Solidão
Pernambuco	Surubim
Pernambuco	Tabira
Pernambuco	Tacaimbó
Pernambuco	Tacaratu
Pernambuco	Taquaritinga do Norte
Pernambuco	Terezinha
Pernambuco	Terra Nova
Pernambuco	Toritama
Pernambuco	Trindade
Pernambuco	Triunfo
Pernambuco	Tupanatinga
Pernambuco	Tuparetama
Pernambuco	Venturosa
Pernambuco	Verdejante
Pernambuco	Vertente do Lério

Continuação...

Estado	Município
Pernambuco	Vertentes
Piauí	Acauã
Piauí	Alagoinha do Piauí
Piauí	Alegrete do Piauí
Piauí	Alvorada do Gurguéia
Piauí	Anísio de Abreu
Piauí	Assunção do Piauí
Piauí	Avelino Lopes
Piauí	Bela Vista do Piauí
Piauí	Belém do Piauí
Piauí	Betânia do Piauí
Piauí	Bocaína
Piauí	Bom Jesus
Piauí	Bonfim do Piauí
Piauí	Brejo do Piauí
Piauí	Buriti dos Montes
Piauí	Caldeirão Grande do Piauí
Piauí	Campinas do Piauí
Piauí	Campo Alegre do Fidalgo
Piauí	Campo Grande do Piauí
Piauí	Canto do Buriti
Piauí	Capitão Gervásio Oliveira
Piauí	Caracol
Piauí	Caridade do Piauí
Piauí	Castelo do Piauí
Piauí	Colônia do Gurguéia
Piauí	Colônia do Piauí
Piauí	Conceição do Canindé
Piauí	Coronel José Dias
Piauí	Cristino Castro
Piauí	Curimatá
Piauí	Currais
Piauí	Curral Novo do Piauí
Piauí	Dirceu Arcoverde
Piauí	Dom Expedito Lopes
Piauí	Dom Inocêncio
Piauí	Domingos Mourão
Piauí	Eliseu Martins
Piauí	Fartura do Piauí
Piauí	Flores do Piauí
Piauí	Floresta do Piauí
Piauí	Francisco Macedo
Piauí	Francisco Santos
Piauí	Fronteiras
Piauí	Geminiano
Piauí	Guaribas
Piauí	Inhuma
Piauí	Ipiranga do Piauí
Piauí	Isaías Coelho
Piauí	Itainópolis
Piauí	Jacobina do Piauí
Piauí	Jaicós
Piauí	João Costa

Continuação...

Estado	Município
Piauí	Juazeiro do Piauí
Piauí	Júlio Borges
Piauí	Jurema
Piauí	Lagoa do Barro do Piauí
Piauí	Lagoa do Sítio
Piauí	Marcolândia
Piauí	Massapé do Piauí
Piauí	Milton Brandão
Piauí	Monsenhor Hipólito
Piauí	Morro Cabeça no Tempo
Piauí	Nova Santa Rita
Piauí	Oeiras
Piauí	Padre Marcos
Piauí	Paes Landim
Piauí	Pajeú do Piauí
Piauí	Paqueta
Piauí	Patos do Piauí
Piauí	Paulistana
Piauí	Pavussu
Piauí	Pedro II
Piauí	Pedro Laurentino
Piauí	Pimenteiras
Piauí	Pio IX
Piauí	Piracuruca
Piauí	Queimada Nova
Piauí	Ribeira do Piauí
Piauí	Rio Grande do Piauí
Piauí	Santa Cruz do Piauí
Piauí	Santa Luz
Piauí	Santana do Piauí
Piauí	Santo Antônio de Lisboa
Piauí	Santo Inácio do Piauí
Piauí	São Braz do Piauí
Piauí	São Francisco de Assis Do Piauí
Piauí	São João da Canabrava
Piauí	São João da Fronteira
Piauí	São João da Varjota
Piauí	São João do Piauí
Piauí	São José do Divino
Piauí	São José do Peixe
Piauí	São José do Piauí
Piauí	São Julião
Piauí	São Lourenço do Piauí
Piauí	São Luís do Piauí
Piauí	São Miguel do Fidalgo
Piauí	São Miguel do Tapuio
Piauí	São Raimundo Nonato
Piauí	Simões
Piauí	Simplicio Mendes
Piauí	Socorro do Piauí
Piauí	Sussuapara
Piauí	Tamboril do Piauí
Piauí	Várzea Branca

Continuação...

Estado	Município
Piauí	Vera Mendes
Piauí	Vila Nova do Piauí
Piauí	Wall Ferraz
Rio Grande Do Norte	Afonso Bezerra
Rio Grande Do Norte	Angicos
Rio Grande Do Norte	Bodó
Rio Grande Do Norte	Campo Redondo
Rio Grande Do Norte	Cerro Corá
Rio Grande Do Norte	Encanto
Rio Grande Do Norte	João Câmara
Rio Grande Do Norte	José da Penha
Rio Grande Do Norte	Lajes
Rio Grande Do Norte	Pedra Grande
Rio Grande Do Norte	Santa Cruz
Rio Grande Do Norte	Santana do Siridó
Rio Grande Do Norte	São Bento do Norte
Rio Grande Do Norte	São Paulo do Potengi
Rio Grande Do Norte	Taipu
Rio Grande Do Norte	Tenente Laurentino
Rio Grande Do Norte	Umarizal
Sergipe	Caninde de São Francisco
Sergipe	Gararu
Sergipe	Monte Alegre de Sergipe
Sergipe	Nossa Senhora da Glória
Sergipe	Poco Redondo
Sergipe	Porto da Folha
Sergipe	Propriá

ANEXO 4 – Roteiro para elaboração do Plano Municipal de Intervenção em Áreas Alteradas¹⁴

Áreas alteradas, neste caso, referem-se a áreas desmatadas em reservas legais e áreas de preservação permanente, bem como em áreas passíveis de desmatamento autorizado, porém abandonadas. Nesse sentido, o Plano Municipal de Intervenção em Áreas Alteradas terá dois focos temáticos de intervenção: (i) recuperação ambiental para áreas de preservação permanente e reservas legais¹¹ e, (ii) reintrodução de áreas alteradas ao processo produtivo municipal, por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

1. Estabelecer parcerias multissetoriais que envolvam representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a exemplo de sindicatos e associações de produtores rurais, organizações não-governamentais e agências públicas e privadas de assistência técnica e pesquisa;

¹⁴ Áreas recuperadas de reservas legais são passíveis de uso econômico, desde que seus recursos sejam utilizados de forma sustentável.

2. Criar uma instância participativa e deliberativa local que promova durante e após a execução do projeto a permanente discussão do processo de recuperação das áreas alteradas municipais, bem como acompanhe a implementação deste processo;
3. Apresentar o levantamento (quantificação em hectares), situação (pastagem, pastagem degradada, juquira, capoeira, etc.) e localização das áreas alteradas no município, com base em imagens de satélite recentes e utilização de sistemas geográficos de informação;
4. Apresentar a identificação e descrição de práticas sustentáveis de recuperação de áreas alteradas, em utilização (ou que tenham sido utilizadas anteriormente) no município, em municípios vizinhos e na região, incluindo a avaliação de custos, do emprego de mão-de-obra, dos mercados para os produtos originados nas áreas recuperadas, da capacidade de geração de renda, da necessidade e dimensionamento da assistência técnica e capacitação de produtores e técnicos e estimativa das dimensões das áreas (em hectares) que podem ser ocupadas com cada uma das práticas identificadas;
5. Apresentar a quantificação e qualificação (agricultor familiar, extrativista, médio produtor, grande produtor, empresa madeireira, etc) dos proprietários rurais que possuem áreas alteradas em suas propriedades; e
6. Apresentar um conjunto de estratégias detalhadas, identificadas e discutidas participativamente, para a recuperação de áreas alteradas no município, apontando as possíveis parcerias e seus respectivos papéis no processo, as possíveis fontes de recursos e as propostas de projetos de implementação a serem desenvolvidas.

ANEXO 5 – Roteiro para elaboração do Plano de Intervenção na Orla Marítima¹⁵

Caracterização

Apresentação

1. Objetivo
2. Identificação do executor
3. Localização da área de intervenção
4. Síntese do diagnóstico/classificação
 - 4.1. Atributos naturais/paisagísticos
 - 4.2. Atividades socioeconômicas
 - 4.3. Impacto ambiental dos usos da orla
 - 4.4. Classificação da orla
5. Cenário de usos desejados para a orla

Propostas de ação

6. Identificação e caracterização dos conflitos
 - 6.1. Identificação dos conflitos
 - 6.2. Atividades geradoras dos conflitos
 - 6.3. Atores sociais envolvidos
 - 6.4. Atores institucionais envolvidos
 - 6.5. Legislação incidente na área
7. Caracterização dos problemas relacionados a cada conflito
 - 7.1. Efeitos e impactos associados ao problema
 - 7.2. Linhas de ação para equacionar o problema

¹⁵ Para maiores informações consulte Projeto Orla: Manual de gestão, Brasília: MMA/SQA, MP/SPU, 2002.

8. Ações e medidas estratégicas

8.1. Finalidade

8.2. Duração das atividades (data do início, término ou atividade contínua)

8.3. Responsabilidades

Estratégias de execução

9. Estratégias de implantação do Plano

a. Forma de legitimação do Plano de Intervenção

b. Mecanismos de envolvimento da sociedade

b.1. Atividade a ser realizada

b.2. Responsável direto

b.3. Público-alvo

b.4. Meio utilizados

b.5. Produção necessária

b.6. Cronograma previsto

c. Alternativas de articulação política

c.1. Responsabilidade dos órgãos públicos atuantes na orla na execução do Plano

c.2. Programas e ações governamentais com afinidade com as proposições do Plano

c.3. Articulação e interação dos planos e projetos preexistentes

10. Subsídios e meio existentes

10.1. Base legal

10.2. Base institucional local

10.3. Fóruns de decisão

10.4. Instrumentos gerenciais e normativos locais

10.5. Banco de dados e informações

10.6. Referências técnicos-científicas

Estratégia de acompanhamento e avaliação

11. Monitoramento

11.1. Critérios e parâmetros a serem utilizados

11.2. Sistemática de coleta dos dados e sua rotina temporal

12. Sistemática de acompanhamento, avaliação e revisão do Plano

a. Acompanhamento

a.1. Ação/responsável

a.2. Produtos parciais concluídos

a.3. Produtos não concluídos, ações em curso, estágio de execução, prazos e obstáculos.

a.4. Eventuais produtos e/ou operações abandonadas

b. Avaliação

c. Revisão do Plano

13. Apresentação do Plano e cronograma geral

ANEXO 6 – Ficha de Adesão ao Projeto Orla

Dados Institucionais		
Município:	Estado:	
Nome do Prefeito:		
Endereço da Prefeitura:	CNPJ:	
CEP:	Telefone:	FAX:
Site:	E-mail:	
Responsável pelo preenchimento:		
Telefone:	FAX:	E-mail:
Informar as entidades da Administração Municipal responsáveis pelos seguintes assuntos:		
Meio Ambiente:		
Pesca/Maricultura:		
Cultura:		
Urbanismo/Habitação:		
Turismo:		
Esportes:		
Saúde:		
Educação:		
Área de Abrangência e Informações gerais		
Informações cartográficas disponíveis sobre o município (assinalar e informar data e escala numérica)		
<input type="checkbox"/> fotografias aéreas _____		
<input type="checkbox"/> imagens de satélite _____		
<input type="checkbox"/> cartas topográficas do IBGE ou da DSG (mapas do exército) _____		
<input type="checkbox"/> cartas náuticas e plantas batimétricas/hidrográficas _____		
<input type="checkbox"/> bases digitalizadas _____		
<input type="checkbox"/> mapas estaduais _____		
<input type="checkbox"/> cartas municipais _____		
<input type="checkbox"/> outras _____		
Valor da receita municipal do ano anterior:		
Tributária:		
Serviços:		
Principal atividade econômica do município:		
Contexto		
Caracterizar, preliminarmente, a orla em que irá aplicar os instrumentos do projeto:		
<input type="checkbox"/> Toda a orla <input type="checkbox"/> Trecho específico (Nome do trecho): _____		
a) Usos e ocupação		
<input type="checkbox"/> moradia	<input type="checkbox"/> veraneio	<input type="checkbox"/> lazer (em geral)
<input type="checkbox"/> lazer náutico/marinas	<input type="checkbox"/> comércio	<input type="checkbox"/> áreas protegidas
<input type="checkbox"/> pesca	<input type="checkbox"/> maricultura	<input type="checkbox"/> indústria do petróleo
<input type="checkbox"/> portos	<input type="checkbox"/> estaleiros	<input type="checkbox"/> instalações militares
<input type="checkbox"/> turismo	<input type="checkbox"/> agricultura	<input type="checkbox"/> complexos industriais litorâneos
<input type="checkbox"/> Outros		
b) Aspectos físicos		
<input type="checkbox"/> bancos de areia e/ou lama	<input type="checkbox"/> falésias sedimentares/barreiras	<input type="checkbox"/> praias
<input type="checkbox"/> cordões litorâneos	<input type="checkbox"/> dunas	
c) Ecossistemas predominantes		
<input type="checkbox"/> manguezal	<input type="checkbox"/> recifes (coral ou arenito)	<input type="checkbox"/> lagoa
<input type="checkbox"/> restinga	<input type="checkbox"/> duna vegetal (fixa)	<input type="checkbox"/> estuário (foz de rio)
d) Principais problemas observados na Orla		
<input type="checkbox"/> erosão	<input type="checkbox"/> lixo	<input type="checkbox"/> desmatamento
<input type="checkbox"/> esgoto	<input type="checkbox"/> queimadas	<input type="checkbox"/> extrativismo inadequado
<input type="checkbox"/> segurança	<input type="checkbox"/> invasão	<input type="checkbox"/> acesso a orla impedido (cercas, muros)
<input type="checkbox"/> outros	_____	

e) Elementos Urbanos Construídos na Orla:		
<input type="checkbox"/> estrada/avenida beira mar	<input type="checkbox"/> pier/marinas	<input type="checkbox"/> quiosques/barracas
<input type="checkbox"/> calçada	<input type="checkbox"/> casas	<input type="checkbox"/> hotéis/restaurantes
<input type="checkbox"/> pousadas	<input type="checkbox"/> prédios até 4 andares	<input type="checkbox"/> prédios com mais de 4 andares
f) Áreas Legalmente Protegidas (Unidades de Conservação)		
<input type="checkbox"/> Municipal: _____		
<input type="checkbox"/> Estadual: _____		
<input type="checkbox"/> Federal: _____		
O município desenvolve ou participa de alguma atividade de gestão da zona costeira?		
<input type="checkbox"/> zoneamento	<input type="checkbox"/> monitoramento	<input type="checkbox"/> recuperação de áreas degradadas
<input type="checkbox"/> outros _____		
Instrumentos de planejamento e/ou ordenamento territorial que o município dispõe: (informar data de aprovação)		
<input type="checkbox"/> Plano Diretor _____		
<input type="checkbox"/> Zoneamento Municipal _____		
<input type="checkbox"/> Lei de Uso e Ocupação do Solo _____		
<input type="checkbox"/> Zoneamento Ecológico-Econômico _____		
<input type="checkbox"/> Zoneamento Costeiro _____		
<input type="checkbox"/> Plano de Desenvolvimento do Turismo _____		
<input type="checkbox"/> Macrodiagnóstico Estadual/Regional _____		
<input type="checkbox"/> Outras Legislações de Urbanismo (identificar) _____		
<input type="checkbox"/> Outros (identificar) _____		
O município integra algum consórcio ou faz parte de região metropolitana? Em caso afirmativo, informe:		
Arranjo Institucional		
a) Identificar as principais instituições que serão parceiras na implementação da gestão do ordenamento da orla		
b) Quais as potenciais fontes de recursos que o município pode acessar para implementação do Projeto Orla? (ex: royalties do petróleo)		
c) Informar programas e projetos públicos e/ou privados para a zona costeira e para a orla do município, com suas respectivas fontes de financiamento previstas. Em caso afirmativo, o estágio de implementação e as linhas de trabalho desenvolvidas (ex: PRODETUR, sistema viário, marinas, urbanização e calçadas).		
d) Citar as agências de desenvolvimento regional que atuam no município (ex.: Agência de Desenvolvimento do Banco do Nordeste, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES)		
e) Identificar os conselhos e/ou fóruns colegiados existentes no município com foco na gestão territorial ambiental:		
f) Indicar, uma equipe mínima de 3 técnicos (preferencialmente das áreas de desenvolvimento urbano, meio ambiente, turismo e/ou habitação), para conduzir os trabalho do Projeto Orla, ressaltando suas respectivas formações e cargos.		
g) Existem associações de classe voltadas para atividades na Orla? <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> sim Quais?		

ANEXO 7 – Roteiro para elaboração do Plano de Ações para uma Política de Segurança Alimentar

- a) Apresentar um conjunto de estratégias que visem implementar políticas locais e/ou regionais, por meio de consórcios, de segurança alimentar e implementar políticas integradas ao Programa Fome Zero;
- b) Prever formação dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, caso não existam.

Entre as políticas locais e regionais podem ser destacados os seguintes exemplos:

- 1. Incentivo à agricultura familiar;
- 2. Educação alimentar;
- 3. Utilização de produtos locais e regionais na composição da merenda escolar;
- 4. Compra de alimentos da agricultura familiar local para a merenda escolar;
- 5. Combate à desnutrição materno-infantil;
- 6. Ampliação dos canais locais de comercialização;
- 7. Criação de banco de alimentos;
- 8. Incentivo ao autoconsumo e às hortas comunitárias;
- 9. Execução de obras públicas de infra-estrutura com relação direta às melhorias das condições de vida das populações carentes, especialmente nas áreas de alimentação, educação e saúde.

O conjunto de ações de combate à fome e promoção da segurança alimentar nos referidos municípios dependerá muito da realidade de cada um deles. A construção participativa das Agendas 21 locais permitirá identificar o melhor conjunto de ações para compor um esboço inicial de uma Política de Segurança Alimentar.

FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Esplanada dos Ministérios
Bloco B – 7º andar
70.068-900 – Brasília/DF
www.mma.gov.br/fnma
fnma@mma.gov.br

Fone: (61) 317-1203 - Fax: (61) 317-1377